



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 284.3.55.O

DATA: 02/10/17

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 17h45min

TÉRMINO: 21h46min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
19:18	BC	DANIEL ALMEIDA

Obs.:

Ata da 284ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª legislatura, em 2 de outubro de 2017.

Presidência dos Srs.:

JHC, 3º Secretário.

Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

Mauro Pereira, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 17 HORAS E 45 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não havendo quórum regimental para a abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 51 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Delegado Edson Moreira.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lidos dois pronunciamentos. No primeiro, registro que o número de roubos, furtos e latrocínios aumentaram consideravelmente nas cidades de Ribeirão das Neves e de Esmeraldas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No segundo pronunciamento, trato da criminalização da política e da intervenção do Judiciário no Legislativo e no Executivo, infringindo o art. 2º, da Constituição Federal.

Peço ainda que conste dos Anais matéria publicada no jornal *O Tempo*, escrita pelo grande comentarista político Márcio Coimbra, tendo em vista a gravidade do momento institucional por que passa a nossa Pátria.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar os 280 anos da cidade de Campanha, em Minas Gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos ouvintes da *Rádio Câmara* e do programa *A Voz do Brasil* e nossos telespectadores *TV Câmara*, a média mensal de furtos, roubos e outras ocorrências policiais no interior dos coletivos que circulam em Belo Horizonte mais que dobrou nos últimos anos. A população mineira e de todo o Brasil vem sofrendo com a escalada da violência. Tenho recebido mensagens



de moradores das cidades de Ribeirão das Neves e de Esmeraldas, informando que os assaltos a motoristas e passageiros de ônibus na Região Metropolitana de Belo Horizonte têm crescido de maneira insustentável.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública — SESP, em 2012, a capital mineira registrou 880 assaltos em ônibus, uma média mensal de 73,3. Já de janeiro de 2015 a junho de 2016, mais 2.924 ocorrências, uma média de 162,4 por mês.

Há outras duas cidades em que o uso do transporte coletivo se tornou um desafio. Motoristas, cobradores e passageiros vivem momentos de insegurança em Juiz de Fora e Uberaba, pois também se tornaram alvos de assaltos constantes.

A segurança pública precisa de um esforço conjunto e é necessário pensar em estratégias que possam barrar a criminalidade. Tenho trabalhado para que o setor de segurança receba mais investimentos por parte do Governo Federal. Precisamos aumentar o efetivo e valorizar as polícias do nosso País e, principalmente, nobres colegas, precisamos agilizar a revisão do nosso Código de Processo Penal. Com leis tão brandas e que possibilitam tantas brechas, casos como os que aqui citei sempre irão se repetir. Os criminosos já não têm medo da Justiça neste País. Ninguém mais se sente intimidado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara* e dos demais veículos de comunicação que nos acompanham, o colunista Márcio Coimbra, do jornal *O Tempo*, de Minas Gerais, hoje, dia 02 de outubro de 2017, publicou artigo intitulado *Tempos sombrios*. A linha explorada pelo colunista, sem



dúvida nenhuma, retrata a insegurança jurídica do processo político, em que cada vez mais o Poder Judiciário, tem passado por cima da Carta Constitucional e da soberania popular do voto.

Com isso cria-se uma briga institucional sem precedentes, em que um Poder da República invade outros Poderes, contrariando o art. 2º da Constituição Federal.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado em todos os meios de comunicação da Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Tempos sombrios

Márcio Coimbra

O valor supremo de uma democracia é o voto. Os brasileiros lutaram muito por este direito, negligenciado durante décadas. Foi por meio dele que vencemos a falta de liberdade que assolou o país durante décadas.

O princípio da democracia representativa traduz que deputados e senadores expressam as aspirações dos brasileiros. Os parlamentares, depois de diplomados, tornam-se desta forma o próprio cidadão, responsáveis por manifestar em seu mandato a vontade do povo. Esta é a essência da democracia.

Assim, quando o regime militar cassou, sem qualquer base constitucional, o mandato dos representantes do povo, entendeu-se que o governo estava violando a vontade dos cidadãos, retirando do parlamento, de forma ilegal, mediante a introdução de atos institucionais, as vozes dissonantes e incômodas da oposição. Restabelecida a democracia, voltou a tornar-se inviolável o mandato parlamentar, como maior expressão da democracia, proclamada pela vontade popular.

Dispõe nossa Carta Constitucional que, depois de diplomados, os parlamentares com mandatos outorgados pelo povo, somente serão suspensos ou cassados pelos próprios pares.

Corporativismo? De forma alguma. Existe implícito o princípio de que somente o povo, neste caso por meio de outros representantes, pode suspender ou cassar o



mandato de outro parlamentar. Cabe aos representantes da população, e tão somente a estes, o direito de repreensão parlamentar em qualquer nível.

Assim sendo, somente cabe ao Poder Judiciário, segundo reza a Constituição, debruçar-se sobre o mandato parlamentar em caso de prisão em flagrante de crime inafiançável que, mesmo assim, deve ser submetido para ratificação pelo plenário da respectiva Casa.

No passado, quando afastou Eduardo Cunha, Teori Zavascki, reconhecendo que a medida de afastamento parlamentar não estava prevista na Constituição, escreveu: “Decide-se aqui uma situação extraordinária, excepcional e, por isso, pontual e individualizada”. Infelizmente, a exceção tornou-se regra. As denúncias de corrupção, que ceifaram a confiança nos políticos, serviu de justificativa para o Judiciário sentir-se investido da missão de escolher quem segue no jogo parlamentar. Um triste erro de cálculo constitucional.

A filosofia política nos ensina que, em uma democracia, a vontade do povo deve prevalecer sobre a vontade da burocracia. A inversão deste papel nos jogará em uma espécie de autocracia do Judiciário, uma clara subversão dos valores democráticos.

A suspensão de mandato parlamentar tornou-se lugar comum. A falta de dispositivo legal que sustente a decisão torna a medida ainda pior. A justificativa débil de que disposições infraconstitucionais penais sobrepõe-se à Constituição é uma construção primária. Corrupção não pode ser combatida com violação de direitos. Um juiz não pode fazer democracia com sua caneta. Vivemos dias tristes, de verdadeiros atos institucionais proferidos por ministros que deveriam zelar pela Constituição. Vivemos tempos sombrios.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto, por 1 minuto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estivemos, durante o último final de semana, viajando pelo interior do Paraíba.

Estivemos no Município de Igaracy, onde realizamos um belo debate sobre a conjuntura nacional. Estivemos também em outros Municípios, como Serra Grande, Boa Ventura, Itaporanga e Pedra Branca, debatendo com diversas autoridades.

O debate foi muito importante. A população está atenta ao que está acontecendo no País e não aceita que esse Presidente Temer continue na Presidência, porque os fatos são gravíssimos e temos que dar um basta a essa situação com o afastamento dele para que haja investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, colegas Deputados e Deputadas, quero desejar, primeiramente, bom trabalho e boa semana a todos e dizer que, infelizmente, no dia de ontem, domingo, um forte temporal atingiu o Rio Grande do Sul, com rajadas de vento com velocidade entre 100 a 120 quilômetros por hora.

Esse temporal fez estragos em 21 cidades, causou pelo menos duas mortes, destelhou quase mil casas, deixou 19 regiões de Porto Alegre sem água e mais de 600 mil clientes sem luz na manhã desta segunda-feira.

Eu quero dizer que estou me colocando à disposição do nosso Governador José Ivo Sartori e também do nosso Prefeito Nelson Marchezan Júnior, que vem fazendo um excelente trabalho. Com certeza, vamos procurar o nosso Ministro Helder Barbalho para que ajude mais uma vez o nosso Estado, que é uma região que sofre com muitos alagamentos e que, infelizmente, precisa do apoio do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Capitão Augusto.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*, este pronunciamento que faço acerca do diálogo que estamos buscando com o Governador Geraldo Alckmin, apresentando propostas viáveis para ajudar a socorrer os policiais militares do Estado de São Paulo, que há quase 4 anos não recebem aumento salarial.

Temos o pior plano de carreira de todo o Brasil, a pior jornada de trabalho, um dos piores salários, uma das piores condições de trabalho, tendo em vista o contingente populacional e o efetivo de policiais militares.

Estamos buscando o diálogo. Fica esse registro.

Peço especial atenção dos Deputados Federais do PSDB para que nos ajudem a intermediar esse diálogo com o Governador, porque estamos realmente no limite. As propostas foram viáveis, com condições de serem implementadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Laerte Bessa, do PR do Distrito Federal, por 1 minuto.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós Parlamentares do Distrito Federal estamos na expectativa de, na próxima quarta-feira, ter uma reunião com o Governador Rodrigo Rollemberg. Aguardamos uma ligação de S.Exa. para que possamos marcar essa reunião, em que vamos tratar da paridade salarial da Polícia Civil com a Polícia Federal.

O compromisso do Governador, firmado na última reunião que realizamos no Palácio do Buriti, foi de marcar a reunião para a próxima quarta-feira, tão logo a Câmara Legislativa aprovasse o projeto que trata da Previdência.

Nós aguardamos a ligação do Governador para a marcação dessa reunião para a quarta-feira. Essa é a nossa expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul, por 1 minuto.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há 21 meses o magistério do Rio Grande do Sul tem seu salário parcelado.

A primeira parcela do salário de agosto, paga em setembro, foi de 350 reais. A situação dos professores é de penúria. Eles estão atrasando os aluguéis, as contas nas farmácias e nos mercados. No mês passado, sem saída, entraram em greve. E o Governo Sartori continuou numa nota só: atrasa, não aumenta, não negocia e não faz proposta.

Na última sexta-feira, depois de ouvir o Governo repetir que não vai mudar nada, os professores avaliaram a situação e resolveram manter a paralisação por tempo indeterminado. Milhares deles foram às ruas denunciar o descaso.

Sabem qual foi a reação de Sartori? Mandou cortar o ponto dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Vamos divulgar seu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. BOHN GASS - Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 21 meses o magistério do RS têm seus salários parcelados.

A primeira parcela do salário de agosto, paga em setembro, foi de 350 reais. A situação dos professores é de penúria. Eles estão atrasando os aluguéis, as contas nas farmácias e nos mercados. No mês, passado, sem saída, entraram em



greve. E o Governo Sartori continuou numa nota só: atrasa, não aumenta, não negocia e não faz proposta.

Na última sexta-feira, depois de ouvir o Governo repetir que não vai mudar nada, os professores avaliaram a situação e resolveram manter a paralisação por tempo indeterminado. Milhares deles foram às ruas denunciar o descaso. E sabem os senhores qual foi a reação de Sartori? Mandou contar o ponto dos professores.

Mas a coisa ainda pode piorar. Com índices de criminalidade explodindo, o Rio Grande do Sul vive um clima de insegurança nunca visto. E esta semana os policiais civis, que estão na mesma situação dos professores, também podem entrar em greve. E depois deles, outras categorias de servidores podem tomar a mesma decisão.

Por tudo isso é que eu venho aqui declarar meu apoio integral ao funcionalismo gaúcho. Não há como continuar fingindo: o Rio Grande do Sul, hoje, tem no Governo do PMDB de Sartori um dos piores, senão o pior da sua história.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela, por 1 minuto.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pasme o Brasil! A partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal derrotou por 6 votos a 5 aqueles que queriam tirar o ensino religioso das escolas, principalmente das escolas confessionais, a perseguição sobre o cristianismo, principalmente sobre o cristianismo evangélico e sobre o cristianismo católico, acirrou-se.

Queremos dizer que nós estamos aqui, tanto evangélicos quanto católicos, para defender aquilo que é justo, que é honesto e que é íntegro e contra a malfadada, maldita ideologia de gênero, que veio para destruir as crianças brasileiras e transformá-las, no futuro, em verdadeiros zumbis. Somos contra isso.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alan Rick, por 1 minuto.

O SR. ALAN RICK (DEM-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acabei de conversar com nossa advogada. Estamos entrando com uma representação junto ao Ministério Público Federal contra o Museu de Arte Moderna de São Paulo, contra os autores daquela peça, daquela *performance* que utiliza um homem nu e permite que ele seja tocado por uma criança.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que o Brasil tem uma legislação muito específica em relação a todo tipo de abuso contra as crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, no seu art. 79, que até mesmo as publicações voltadas ao público infanto-juvenil devem respeitar a fragilidade e os valores da criança.

Ora, a Constituição Federal estabelece que é dever dos pais educar e cuidar dos seus filhos. O Código Civil brasileiro também estabelece isso. Em nome da arte, alguns grupos de ativistas estão querendo transformar, estão querendo doutrinar as nossas crianças.

Inclusive, Sr. Presidente, o nosso clamor ao Ministério...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ALAN RICK - Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, daqui a pouco, nós vamos passar para os pronunciamentos de 3 minutos, e V.Exa. poderá se manifestar novamente.



Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*,
como manda o Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou pensando em como os Poderes estão equivocados, principalmente o Poder Judiciário, interferindo no Legislativo como está. A culpa disso tudo é nossa, dos políticos, que começamos a judicializar a política no Brasil. Nós somos os culpados por isso.

O Poder Judiciário não pode afastar um Deputado — ou um Senador, ou um Presidente, ou quem quer que seja — eleito pela soberania popular. Não pode, com uma canetada, tirar do cargo um Parlamentar eleito com 300 mil, 1 milhão, 2 milhões, 3 milhões, 50 milhões de votos quem nem eleito para isso foi. Então, nós precisamos criar vergonha na cara, porque fomos nós mesmos que corremos até lá e ficamos judicializando a política. Com isso, a independência dos Poderes fica comprometida, já que um Poder fica interferindo no outro, como está acontecendo, o que é muito grave.

De fato, o País passa por uma crise institucional muito grave — o próprio Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, disse isso na quinta-feira.

E mais: o Senado pode tomar uma decisão — quem pode mais e quem pode menos. Quem julga os Ministros do Supremo Tribunal Federal é o Senado. Se ele pode julgar os Ministros, pode também julgar os atos que eles fizeram contra a Constituição, atos inconstitucionais. Se se analisar amiúde, vai dar nisso.

No mais, Sr. Presidente, mudando o tom da conversa, a decisão calamitosa que devolveu o médico Abdelmassih, que cometeu mais de 300 estupros e que foi



condenado a mais de 200 anos de prisão, à prisão domiciliar novamente foi equivocada, a nosso ver. Isso sem falar nessa gastança de recursos do Estado com o vai e volta: vai para a prisão domiciliar, volta para a penitenciária; vai para a prisão domiciliar, volta para a penitenciária.

Sr. Presidente, gostaria que nosso discurso fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Enio Verri, do PT do Paraná. Depois, terá a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as páginas de economia dos jornais têm trazido, recentemente, duas informações que eu gostaria de debater com os nobres pares. A primeira é um dado importante do IBGE: de cada dez empregos gerados neste momento em que o Governo diz que está havendo uma recuperação, que eu não estou vendo, sete empregos são na economia informal. Ou seja, Deputado Luiz Couto, não se está criando nada de sério para o trabalhador. Subempregos nos quais muitas vezes ganha-se menos que o salário mínimo estão entrando nessa conta.

A segunda informação que é importante salientar diz respeito à afirmação do Governo de que o salário médio dos trabalhadores tem aumentado. Eu quero dizer a quem está nos ouvindo que, de fato, o salário médio dos trabalhadores tem aumentado. Quando se fazem necessárias demissões, o empresário demite por último o trabalhador qualificado que ele treinou, porque, quando a economia se recuperar, ele vai ter que recontratar esse trabalhador e pode não encontrá-lo no mercado. Assim, o empresário demite primeiro os trabalhadores sem qualificação, que são os que ganham menos. Conseqüentemente, ficam empregados os trabalhadores mais qualificados, os que ganham mais. Ora, como só eles estão empregados, no cálculo da média, o salário médio sobe.

Portanto, é importante deixar claro que o salário médio está mais alto não porque a economia está melhorando, mas, pelo contrário, porque a economia está piorando. Como a economia está piorando, só ficam empregados os mais qualificados e, portanto, os que recebem maiores salários.



Em resumo: por trás dessas notícias, normalmente há uma grande mentira e um aprofundamento da miséria dos trabalhadores brasileiros.

Por fim, no dia 1º de novembro começa a reforma trabalhista, e os dados apontam também que haverá uma redução do desemprego, como vem acontecendo. Ora, o que é essa redução do desemprego? Primeiro, é o salário na economia informal. Segundo, é o fato de que só ficam empregados os qualificados. Terceiro, com o trabalho intermitente e com a terceirização, vai haver mais pessoas comprometidas com o emprego, mas ganhando muito menos. Então, vai haver mais pessoas ocupando cargos, portanto haverá uma redução do desemprego, só que a massa salarial brasileira vai se reduzir muito.

Isso será muito ruim para os Municípios, será muito ruim para o País e, em especial, para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, que irão continuar trabalhando muito, só que ganhando cada vez menos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, do Democratas do Rio Grande do Sul.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que esta minha manifestação fosse divulgada pelos meios de comunicação da Casa, inclusive pelo programa *A Voz do Brasil*.

Recentemente, tivemos o episódio da exposição Queermuseu, do Banco Santander. Nesse fim de semana, tivemos o episódio de uma exposição no Museu de Arte Moderna, em São Paulo, que foi recentemente exibida também em Salvador.

O que essas pessoas querem fazer com as crianças brasileiras? Essa é a pergunta. Estão confundindo liberdade de expressão artística com libertinagem e, o que é pior, com safadeza! E isso não pode ser tolerado!

O maior de idade que tem acesso a uma exposição tem maturidade psicológica. O maior de idade tem livre arbítrio, assiste ao que ele quiser. Agora, por que esta obsessão de levar alunos de escolas de primeiro grau? Por que esta obsessão de levar crianças? Essa é a pergunta. E essa pergunta o Parlamento brasileiro tem que enfrentar. E nós temos que criar mecanismos para proteger as nossas crianças.

Há pouco, eu conversava com o Deputado Evair de Melo, que é um dos coordenadores da Frente Parlamentar Independente. Amanhã, este grupo de 109 Parlamentares vai ser chamado a buscar alternativas e provocar a Presidência da Câmara dos Deputados. Nós temos, quem sabe, que revisar o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA. Tem que haver placa indicativa. Tem que haver estabelecimento de fundamentos básicos de respeito à primeira infância.



As pessoas que defendem esse tipo de procedimento querem, na verdade, se valer da fragilidade psicológica das crianças, da capacidade de elas serem influenciadas. Para quê?

Hoje, discute-se — e alguns ficam horrorizados — a questão da redução da maioria penal de 18 para 16 anos. E não a querem, Deputado Bessa. Mas há quem esteja propondo reduzir para 12 anos quando há envolvimento de vulnerável no estupro ou na tentativa dele. Já existe juiz absolvendo esturador no Brasil. Que é isso?! Nós precisamos dar um basta nisso no Brasil.

Este movimento não nasceu aqui, vem desde a década de 70 do Hemisfério Norte para cá. Mas não é isso que a sociedade brasileira quer. Sociedades saudáveis protegem as suas crianças e valorizam os seus idosos. No Brasil, desprezam-se os idosos e se jogam as crianças nas piores práticas. O que é isso?! Onde nós estamos?!

Então, Sr. Presidente, é inadmissível que isso continue acontecendo no Brasil. Eu queria cobrar da tribuna da Câmara a manifestação do Ministro da Cultura. O que está fazendo o Ministro da Cultura? Ele está silente. Não fala nada. Não diz uma palavra. E as crianças brasileiras?!

Aqueles que promovem esse tipo de ação têm um objetivo: a sexualização das crianças, a ideologia de gênero. Eu não tenho nada contra a opção de cada um. Mas eu tenho tudo contra querer doutrinar criança para fazer opção antes da hora.

Eu tenho que lutar e erguer a minha voz, para proteger as crianças brasileiras. Acho que todos os pais e mães que estão neste plenário neste momento têm que fazer essa reflexão. Portanto, deixo aqui o convite e o chamamento, para



que o Parlamento se una na defesa das crianças brasileiras, porque isso não pode continuar em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Eros Biondini, por 1 minuto.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de me unir à voz da grande maioria dos Deputados desta Casa que também manifestaram a sua indignação em relação ao que foram expostas as nossas crianças no Museu de Arte Moderna — MAM.

Realmente, isso não tem nada a ver com arte — e nós valorizamos a arte. Isso tem a ver com maldade, astúcia, violência contra a criança, que é o ser mais indefeso.

Estou aqui como membro da Frente, ao lado do Vice-Presidente da Frente Parlamentar Católica. Tantas outras Frentes já se manifestaram, até mesmo pessoas que não têm princípios e valores cristãos, pessoas de outras igrejas, pessoas até mesmo de movimentos como LGBT e outros, porque realmente perceberam o abuso que foi e está sendo essa tendência de expor nossas crianças a esse constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar todos os trabalhadores dos Correios do Brasil, em especial os do Estado da Paraíba. A categoria permanece em greve geral já há 11 dias.

A greve ocorre em mais de 21 Estados, de acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares.

Os servidores pedem reajuste salarial de 8% e protestam contra o fechamento de agências, demora na realização de concursos, reduções em licenças e mudanças que podem encarecer o plano de saúde dos funcionários.

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos continua as atividades em defesa dos direitos da categoria. Na última quinta-feira, dia 28 de setembro, o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho declarou, em liminar, que a greve dos Correios era abusiva, mas os servidores continuam exercendo o seu direito de reivindicação, com o qual sou totalmente de acordo.

Vivemos um caminhar retrógrado do Governo golpista e usurpador de Michel Temer para com os trabalhadores brasileiros. O foco de todo este desempenho regresso é prejudicar as estatais para que venham a ser privatizadas como uma solução mentirosa.

Considerando o momento de greve geral e a campanha extraordinária em defesa dos Correios contra a privatização e contra a retirada de direitos, solicito o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, para que apoiem a pauta dos trabalhadores dos Correios e reivindiquem contra a privatização deste órgão público.



Sou contra o desmonte dos Correios e contra a sua privatização; contra o processo de demissão e de fechamento de agências; contra a falta de segurança nas agências; pelo retorno do plano de saúde; pelo retorno da entrega diária; pela abertura dos livros contábeis da empresa; pelo retorno das férias; contra as reformas trabalhista e previdenciária.

Registro o nosso apoio aos servidores dos Correios e Telégrafos no Brasil e, principalmente, os companheiros e as companheiras do Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado Luiz Couto.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar todos os trabalhadores dos Correios do Brasil, em especial os do Estado da Paraíba. A categoria permanece em greve geral já há 11 dias.

A greve ocorre em mais de 21 Estados, de acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares — FENTECT.

Os servidores pedem reajuste salarial de 8% e protestam contra o fechamento de agências, demora na realização de concursos, reduções em licenças e mudanças que podem encarecer o plano de saúde dos funcionários.

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos — FENTECT continua as atividades em defesa dos direitos da categoria. Na última quinta-feira, dia 28 de setembro deste, o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho declarou, em liminar, que a greve dos Correios era abusiva. Porém, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos — FENTECT já entrou com um pedido para derrubar essa liminar. Enquanto isso, os



trabalhadores dos Correios exercem seu direito de reivindicação, com o qual sou totalmente de acordo.

Vivemos um caminhar retrógrado do Governo golpista e usurpador de Michel Temer para com os trabalhadores brasileiros. O foco de todo este desempenho regresso é prejudicar as estatais para que venham a ser privatizadas como uma solução mentirosa.

Considerando o momento de greve geral e a campanha extraordinária em defesa dos Correios contra a privatização e contra a retirada de direitos, solicito o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, para que apoiem a pauta dos trabalhadores dos Correios e reivindiquem contra a privatização deste órgão público.

Sou contra o desmonte dos Correios e contra a sua privatização; contra o processo de demissão e de fechamento de agências; contra a falta de segurança nas agências; pelo retorno do plano de saúde; pelo retorno da entrega diária; pela abertura dos livros contábeis da empresa; pelo retorno das férias; contra as reformas trabalhista e previdenciária.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu quero lamentar a morte do músico Adelar Bertussi, aos 82 anos, ocorrida no dia 30 de setembro.

Ele construiu uma linda carreira artística com o irmão, Honeyde Bertussi que faleceu em 1996. Ao lado dele, fez dueto de acordeom. O músico levou a cultura do Rio Grande do Sul para todo o País e também para o exterior em mais de 6 mil apresentações. Foram os homenageados em 2008, com a construção de um memorial na localidade de São Jorge da Mulada, no Distrito de Criúva, projeto esse feito pelo então Prefeito José Ivo Sartori.

A morte do Adelar entristece todos os seus conterrâneos e gaúchos, e toda a música tradicionalista. Caxias do Sul está de luto por ver partir um homem ilustre, mas, ao mesmo tempo, humilde, simples e uma referência para muitas gerações. A família de Adelar Bertussi merece toda nossa solidariedade, porque, ao longo desses anos, ele veio procurando levar alegria, levar paz em todos os lugares pelos quais passou.

Nesta semana o nosso amigo Adelar Bertussi, que estava internado, muito mal, acabou falecendo. Mas uma coisa é certa: as pessoas de bem vão, mas os seus legados ficam. Foi a isso que pudemos assistir em seu velório, onde diversos artistas, tocadores e músicos estiveram presentes para levar sua solidariedade.

Eu quero deixar aqui as minhas sinceras homenagens aos familiares do nosso amigo Adelar Bertussi, aos seus filhos, ao sobrinho Daltro Bertussi, que com



certeza vão sofrer muito, pois ele foi sim um homem que representou muito bem o nosso Estado do Rio Grande do Sul, levando alegria por onde passava.

Que Deus o tenha! Que possamos ter mais pessoas como Adelar Bertussi por aí, porque a música realmente leva alegria e paz! Todos nós brasileiros adoramos música, em especial a música tradicionalista do nosso Rio Grande, que, sem sombra de dúvidas, fala de história, de amor e de esperança.

Eu tenho certeza de que todo o povo caxiense, o povo da Serra Gaúcha, o povo rio-grandense gostaria de estar aqui onde estou para falar que a Câmara Federal e o Brasil agradecem muito pela passagem de Adelar e de seu irmão, Honeyde Bertussi, pela história e pelo que eles representaram.

Que Deus o tenha! Onde ele estiver, ele vai estar cuidando e ajudando a levar a paz para o nosso povo brasileiro, que está carente de alegria e precisa, cada vez mais, de um País melhor. Ele vai nos ajudar, de onde estiver.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente Carlos Manato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para lamentar a morte do músico Adelar Bertussi, aos 82 anos, neste sábado, dia 30. As últimas homenagens serão em Criúva, interior de Caxias do Sul, onde ele nasceu.

Adelar Bertussi construiu uma linda carreira artística com o irmão, Honeyde Bertussi, morto em 1996. Ao lado dele, com dueto de acordeom, o músico levou a cultura do Rio Grande do Sul para todo o País e também para o exterior em mais de 6 mil apresentações.



Recordo que os Irmãos Bertussi foram homenageados em 2008, com a construção de um memorial na localidade de São Jorge da Mulada, no Distrito de Criúva.

A morte de Adelar entristece todos seus conterrâneos e gaúchos e toda a música tradicionalista. Caxias do Sul está de luto por ver partir um homem ilustre, mas ao mesmo tempo humilde, simples e uma referência para muitas gerações. Meus sinceros sentimentos e solidariedade a toda família Bertussi e a todos que, ao longo de tantas décadas, se emocionaram e se alegraram com suas músicas inesquecíveis.

Adelar Bertussi foi Vereador pelo antigo MDB em Caxias do Sul, de 1973 a 1976 e de 1977 a 1982, ano em que presidiu a Casa. A Câmara Municipal colocou o plenário à disposição para o velório, mas a família optou por realizar o funeral em São Jorge da Mulada, terra de origem do artista.

Quarta-feira passada, dia 27 de setembro, Adelar, representado pelo sobrinho Daltro Bertussi, foi homenageado pelo Legislativo caxiense com a Medalha Honeyde Bertussi 2017.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Rubens Pereira Júnior, por 1 minuto.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu acompanhei o Governador Flávio Dino neste final de semana, desde a sexta-feira, a diversas etapas de inauguração do Mais Asfalto, um programa de pavimentação asfáltica que já chegou a mais de 150 Municípios no Maranhão.

Estivemos em Penalva, em Viana, em São Bento, com o Prefeito Luizinho Barros e em Cururupu, com a Prefeita Professora Rosinha.

No sábado participei ainda da Marcha para Jesus, na cidade de Coroatá, num grande evento evangélico, o maior já realizado naquela cidade.

Participei ainda, por fim, Sr. Presidente, de duas conferências municipais do PCdoB, na cidade de Viana e também na cidade de Timon. Em Timon também houve um ato importante de comemoração dos 25 anos do Arrastão da Vitória, a primeira eleição do Prefeito Chico Leitoa, importante líder político, pai do Prefeito Luciano, que depois foi Deputado Federal, e do amigo Rafael Leitoa.

Este foi o registro do final de semana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Flavinho, do PSB de São Paulo.

V.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos esclarecer algumas coisas aqui.

Eu tenho visto algumas notícias nas redes sociais e nas agências de comunicação dizendo que os fundamentalistas, os obscurantistas no Brasil estão contra a arte, contra a expressão da arte.

Primeira coisa: isso é uma mentira, que começa já pelo básico. O que estamos combatendo não é arte, mas crime. Nós somos legisladores, fazemos as leis e temos de lutar para que elas sejam cumpridas, senão passaremos por palhaços. É disso que estamos tratando. Existe o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Penal, o Código Civil, a Constituição, mas estão afrontando todas essas leis, pautando essas ações e ideologias, levando crianças a tocarem num homem nu, dizendo que isso é arte. Em Salvador, esse mesmo homem nu estava andando de mãos dadas com três crianças. E dizem que isso é arte.

Vamos separar as coisas. Falo por mim, primeiramente. Não sou contra a arte, muito pelo contrário, mas não podemos acobertar criminosos. O Deputado Eros Biondini faz parte da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana; o Deputado Alan Rick, da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, tantos outros Parlamentares que nem professam fé religiosa — católica ou evangélica —, até mesmo homossexuais estão também se sentindo afrontados, de certa forma, com essa situação, porque muita gente coloca todos na mesma situação.



Eu vi nas redes sociais pessoas dizendo que aquilo era coisa de homossexual. Mentira! Mentira! Aquilo é um crime praticado com a mãe da criança ao lado.

Hoje eu protocolei, na Procuradoria-Geral da República, à Procuradora-Geral, Dra. Raquel Dodge, um ofício pedindo que seja investigado aquele artista. Eu vou respeitá-lo, vou chamá-lo de artista, apesar de, para mim, inicialmente parecer mais um criminoso naquele ato, apoiado pela mãe daquela criança no Museu de Arte Moderna — MAM, em São Paulo.

Protoquei essa ação na PGR hoje, pedindo que seja investigado esse ato criminoso, libidinoso. Há respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente para que seja sim averiguado e investigado. O Ministério Público de São Paulo já está investigando o MAM, mas a minha ação é contra essa pessoa especificamente, esse artista, assim como eu fiz no pedido de investigação em relação à exposição Queermuseu.

Hoje acabei de receber a notícia de que, em uma igreja lá em Aparecida, o Sacrário foi violado e roubado com o Santíssimo Sacramento, com as hóstias consagradas dentro. E eu fiz um questionamento: quero saber se aquelas hóstias que estavam lá na exposição Queermuseu também não são hóstias consagradas.

Então, é disto que estamos falando: crime. E contra crime é preciso haver uma ação concreta. Não dá mais para suportamos esse tipo de coisa no Brasil. Eu falo aqui para aqueles que são de partidos de esquerda, de direita, de centro. Meus amigos, não dá mais. Passou dos limites! É preciso haver um mínimo de senso de ridículo.



Arte é arte. Nós estamos falando de uma ação que aconteceu dentro do MAM. Eu não estou falando do MAM, mas de uma ação que aconteceu lá. O MAM se justificou e disse que havia classificação etária. O Ministério Público está averiguando se havia ou não. Mas nós estamos falando do excesso.

Para aqueles que acham que isso é arte, não há mais o que dizer. Essas pessoas bateram no fundo do lodo. Arte é arte. Crime é crime. Espero que esses criminosos paguem na cadeia.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim, por 1 minuto.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PODE-TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez venho a esta tribuna para falar da energia elétrica do Estado do Tocantins, que é a mais cara do País. O Estado é altamente gerador de energia elétrica. Os serviços de água e esgoto, principalmente na cidade de Palmas, também são os mais caros do Brasil. Os nossos técnicos estudam uma forma de baixar o valor da energia. Então, vamos apresentar o resultado desse estudo e convocar os responsáveis.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, por estar aqui presente. Estão faltando os Deputados. Peço que compareçam a esta Casa de Leis, que hoje é dia de trabalho. O Presidente, juntamente conosco, está demonstrando compromisso com o País.

Peço que as nossas palavras sejam divulgadas pelos meios de comunicação desta Casa, em especial pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de dizer a V.Exa. que às 19 horas começará a ser lido o relatório do Deputado Vicente Candido.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Capitão Augusto, por 3 minutos.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrada nesta Casa minha tentativa de diálogo com o Governador Geraldo Alckmin. Na semana passada, eu estive no Palácio dos Bandeirantes, onde iniciamos uma série de negociações. Apresentei 18 propostas extremamente viáveis, que o Governador só não irá cumprir se realmente não quiser. Não há justificativa para não aceitar as 18 propostas que apresentei.

Devo reconhecer que, da última vez, das 6 propostas que fiz ao Governador, ele atendeu 2 — o aumento da idade compulsória, de 52 para 60 anos de idade, principalmente para cabos e soldados, que estavam sendo extremamente prejudicados com essa compulsória precoce aos 52 anos, e também a abertura para o termo circunstanciado.

Eu vou fazer questão de vir à tribuna falar dos 18 itens que eu propus ao Governador, para a melhoria das condições dos policiais militares de São Paulo. O primeiro trata-se, obviamente, da reposição salarial. Há quase 4 anos não há sequer uma reposição inflacionária.

A reposição inflacionária não é um favor que o Governador faz, é uma obrigação. O art. 37, inciso X, da Constituição Federal, obriga o Governador a pelo menos conceder essa reposição aos servidores públicos estaduais. E os policiais militares já tiveram, segundo o DIEESE, 39% do seu salário corroído pela inflação nesse período sem reajuste inflacionário. A primeira proposta que fiz ao Governador foi realmente a de conceder a recomposição das perdas inflacionárias, ainda que de forma parcelada. Então, que ele apresente alguma proposta.



A minha segunda proposta é o aumento do nosso Regime Especial de Trabalho Policial — RTP, que corresponde à antiga IRETP — Indenização do Regime Especial de Trabalho Policial. O objetivo dessa indenização era suprir todas as nossas deficiências: periculosidade, insalubridade, plano de chamada, o fato de não termos direito à gratificação pelo trabalho noturno e tantas outras coisas. Dos 56 direitos trabalhistas previstos da Constituição Federal, o policial militar só tem 4. Então, esse RTP veio como uma forma de indenização, mas ele, que equivalia a 300% do valor do padrão do salário do policial, hoje é igual a 100% desse valor, recurso para suprir todas essas deficiências, essa falta de direitos trabalhistas.

Então, essas são as duas primeiras propostas que fiz ao Governador: a primeira foi a da reposição inflacionária, ainda que parcelada; a segunda foi a de que ele eleve o valor do RTP, que é o nosso Regime Especial do Trabalho Policial, uma indenização para o policial, a pelo menos 150% do valor do padrão, já que nós já tivemos 300% desse valor. Por enquanto, apresento essas duas reivindicações, mas voltarei a esta tribuna, quiçá ainda hoje, para falar das minhas 18 propostas extremamente viáveis.

O Governador só não atende os policiais se não quiser. É possível, sim, atender a nossa classe policial militar, tão sofrida, tão massacrada no Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e, em especial, no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Walney Rocha.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos voltar ao assunto da semana, que é a questão do nu artístico. Vários colegas já fizeram suas colocações aqui e observamos cada uma delas. Essa situação se passou no Rio Grande do Sul, na Bahia e, agora, em São Paulo.

Eu só quero deixar uma pergunta aqui, até porque a mãe acompanhou o desenvolvimento artístico da filha em relação à nudez. A pergunta seria: e se fosse o contrário, se a criança estivesse deitada nua, e o artista tentasse mostrar o nu artístico para essa criança? Como seria isso? Qual seria a posição da autoridade se fosse o contrário: a criança nua deitada e o artista fazendo o contato físico, para mostrar que pode sim conviver dessa forma? Como seria isso perante a Justiça? É só esta a minha pergunta: e se fosse o contrário?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário, por 1 minuto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que outubro é um mês importantíssimo para as mulheres. Nós temos o início do Outubro Rosa.

O Outubro Rosa é uma marca pela vida, pela saúde. Sessenta e seis por cento dos diagnósticos que ocorrem nos casos de câncer de mama acontecem pelas próprias mulheres, ao fazerem o autoexame. Mas é importantíssimo também que as mulheres tenham acesso à mamografia, seja no campo, na cidade, em todos os lugares.

Eu tenho certeza de que a Câmara dos Deputados deve somar-se em todos os sentidos às mulheres aqui e a todos os homens também, para garantirmos que os exames possam estar acessíveis a todas as mulheres brasileiras.

Tem crescido muito o diagnóstico do câncer de mama em mulheres jovens. Por isso, quero destacar a importância de que os exames e os diagnósticos precoces aconteçam também nas mulheres jovens. Nós sabemos, Sr. Presidente, que, quando há ao diagnóstico precoce, a vida é preservada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.

Cadê a fitinha rosa?

O SR. LAERTE BESSA - Sr. Presidente, V.Exa. está muito bonzinho hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A fitinha rosa cadê?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Eu não tenho a fitinha rosa para distribuir, mas faço questão de registrar o Outubro Rosa e de abraçar todas as mulheres que



neste momento lutam contra o câncer no Brasil e todos os profissionais, homens e mulheres, que estão lutando pela vida dessas mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Laerte Bessa, do PR do Distrito Federal.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. está irreconhecível hoje, V.Exa. não está obedecendo ao Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, se eu tivesse que obedecer ao Regimento da Casa, o Deputado Paulo Pimenta iria falar antes de V.Exa.

O SR. LAERTE BESSA - Eu queria dizer que, muitas vezes, nós ficamos aqui, aguardando para falar por 1 minuto, e V.Exa. é radical.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, quando V.Exa. chega ali para falar por 1 minuto, nós deixamos V.Exa. falar.

O SR. LAERTE BESSA - Eu estou dizendo que V.Exa. hoje está...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Recupere o tempo do Deputado, por favor.

O SR. LAERTE BESSA - Não, eu estou gostando de ver o comportamento de V.Exa. hoje.

Hoje a pauta da Casa vai ser a degradação da família brasileira, que está acontecendo, infelizmente, em todo o nosso País.

Acho que todo mundo aqui falou um pouco do que aconteceu em São Paulo, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, onde um delinquente se expôs nu, deitado, como se fosse uma arte moderna. Crianças de 8 anos ou 10 anos de idade assistiram àquela pornografia.



Eu acho que o Ministério Público tinha que pedir a prisão do Secretário de Cultura de São Paulo. Era o mínimo que ele tinha que fazer, era o mínimo.

Nós vimos nas redes sociais que há um descontentamento geral da família brasileira em relação a isso. Não podemos aceitar esse tipo de coisa, como não aceitamos o que aconteceu lá no Rio Grande do Sul, onde o Santander, um banco de renome no Brasil, promoveu arte promíscua.

Isso tudo é incentivado pela Rede Globo. A Rede Globo simplesmente incentiva a promiscuidade, a pornografia no nosso País. É um absurdo o que está acontecendo. Temos que tomar providências nesta Casa, não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Se esse vagabundo que se expôs deitado lá em São Paulo, no Museu de Arte Moderna, estivesse em Goiás, na minha terra, nós pegaríamos um rabo de tatu para dar no lombo dele. Um vagabundo como esse ia apanhar de rabo de tatu.

É uma vergonha o que está acontecendo. É isso mesmo, meu amigo. Isso que está acontecendo no Brasil é uma vergonha. Nós não podemos aceitar.

O Deputado Onyx Lorenzoni falou muito bem aqui. Eu queria parabenizá-lo pelas palavras. Acho que estão confundindo liberdade com libertinagem. É isso o que está acontecendo no nosso País. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa. O Brasil é um país de família. A *Globo* está mostrando promiscuidade em suas novelas, está ensinando promiscuidade para o povo brasileiro e tem que ser avaliada. Esse tipo de cenário, esse tipo de situação está crescendo no nosso País, muito incentivados pela Rede Globo e pelos “esquerdopatas”.

Então, nesta oportunidade, eu queria demonstrar a minha contrariedade ao que está acontecendo. Espero que as coisas melhorem.



Uma coisa nós já conseguimos: tiramos parte da demolição que foi o Governo Lula — nós já o tiramos do nosso País. Acredito que em breve melhoraremos a governabilidade, em benefício do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Benito Gama, por 1 minuto.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna neste momento para dizer que todos os meses são dedicados à mulher, mas neste mês de outubro, em especial, há a campanha de prevenção ao câncer de mama, o Outubro Rosa.

Hoje, em Salvador, na Bahia, sob a liderança do Prefeito ACM Neto e da Secretária de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, Taissa Gama, houve um grande evento com o anúncio de programação, para todo o mês de outubro, voltada à prevenção do câncer de mama.

Realmente, é um exemplo a ser seguido o que o Prefeito de Salvador e a Secretária fizeram hoje para a prevenção do câncer de mama das mulheres de Salvador. Seguramente, todo o Brasil terá esse movimento, mas, em Salvador, na Bahia, ninguém o fará melhor. Lá, ele será bem programado, bem sistematizado. Com certeza, em virtude da dedicação política, irá acontecer um grande evento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Pimenta, grande Líder do Rio Grande do Sul, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

Regimentalmente, V.Exa. tem 9 minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, fiquei profundamente sensibilizado quando, hoje de manhã, recebi a notícia da morte do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, o Prof. Luiz Carlos Cancellier.

Não conheci o professor, tampouco conheço de maneira detalhada a investigação da Polícia Federal e seus desdobramentos a respeito de episódio que o envolve. Pelo que pude apurar, trata-se de uma investigação relativa a fatos que ocorreram dentro da universidade num período muito anterior à chegada do professor à Reitoria.

Jornalista, advogado, com mestrado e doutorado, o professor construiu toda a sua trajetória nessa área.

O que eu pergunto a V.Exas. é o seguinte: se era tão grave o motivo pelo qual foi decretada a prisão do professor e das outras seis pessoas que com ele foram detidas, por que razão exatamente eles foram liberados menos de 24 horas depois? Quais são as razões que justificam uma ação do aparato do Estado com enorme repercussão midiática, que transformou esse fato em espetáculo, que levou o reitor de uma universidade federal preso por supostamente ter dificultado o trabalho de investigação, sem ter sido ouvido, e, menos de 24 horas depois, colocou-o em liberdade?



Esse fato me fez lembrar de uma entrevista que li, do ex-Ministro Guido Mantega, uma longa entrevista, de um homem amargurado, em que relata que, ano passado, uma semana antes das eleições, foi preso no hospital, onde acompanhava a sua esposa, com grave enfermidade, com câncer, numa ação midiática — a 1 semana das eleições — que teve enorme repercussão no País. O Ministro Mantega dizia o seguinte: *“O que mais me espanta é que eu fui levado, colocado em liberdade naquele mesmo dia, e depois daquele dia nunca mais ninguém entrou em contato comigo, nunca mais prestei um depoimento”*.

Que fatos exatamente justificariam uma prisão coercitiva naquelas condições, de alguém que nunca mais foi ouvido, que nunca foi chamado para prestar depoimento?

Minhas senhoras e meus senhores, a morte desse reitor é um fato muito grave.

No final de semana, eu me dediquei a estudar um pouco as repercussões da chamada Operação Mãos Limpas, realizada na Itália. Li artigos, li documentos e cheguei a comentar com algumas pessoas: *“Eu não sei como, no Brasil, ainda não aconteceu nenhum suicídio”*. Porque uma das marcas da Operação Mãos Limpas, na Itália, foi o elevado número de pessoas que se suicidaram: empresários, políticos, profissionais liberais.

Vamos considerar, prezados colegas, a pior hipótese: que daqui a alguns anos, ao final das investigações, conclua-se que esse reitor tinha alguma responsabilidade. Isso justificaria o que foi feito com ele, a destruição da trajetória acadêmica de um cidadão que sequer foi ouvido antes de ser preso?



Coincidentemente, a delegada que comandou a operação espetacular era delegada da Operação Lava-Jato. Foi ela que deu nome à Operação Lava-Jato. A delegada foi representada no filme sobre a Lava-Jato por uma atriz da *Globo*. Ela já tinha sido delegada no caso do BANESTADO e estava com saudade dos holofotes. Na semana passada, ela deu entrevista de tudo que foi jeito, voltou a estar presente em capas de jornais.

Eu sempre disse que delegado e juiz que não sabem que o seu papel é o de não ter protagonismos públicos e midiáticos não compreenderam a essência de sua função.

Nesta Casa, aqueles que bateram palmas quando, de maneira ilegal, foi feita a interceptação telefônica da Presidenta da República, ou quando a intimidade da ex-Primeira-Dama, D. Marisa, em conversa com seus filhos, foi jogada de maneira ilegal na mídia, nas redes de jornal e de televisão do País, exposta de maneira criminosa, aqueles que bateram palmas e se calaram diante desses excessos a que o Brasil assiste são cúmplices da morte desse reitor.

Esse reitor foi assassinado por uma hipocrisia que silencia diante de crimes que estão sendo cometidos diariamente pelo poder do Estado, por delegados, por promotores, por juízes que extrapolam suas competências e perseguem as pessoas a seu bel-prazer, para depois, lá adiante, decidirem se eram culpadas ou inocentes.

Minhas queridas companheiras, meus queridos companheiros, Deputadas e Deputados, para esse reitor não haverá a possibilidade de saber se será inocentado ou não, assim como para D. Marisa também não vai haver.

Infelizmente, quando não é enfrentado, o poder ditatorial, o excesso do autoritarismo se multiplica e se amplia.



Não conheço os detalhes dessa morte, mas acho que ela deve ser encarada também como um pedido de socorro da democracia, como um grito de alerta contra os excessos que tomam conta deste País. Este Poder não pode calar-se, curvar-se, silenciar-se diante do que está acontecendo.

Quero deixar aqui a minha profunda solidariedade aos familiares e amigos desse reitor, desse cidadão brasileiro que hoje morreu de forma trágica. Talvez isso seja um marco que nos leve a refletir, a pensar de forma mais aprofundada sobre tudo o que estamos vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pastor Eurico, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Brasil que nos assiste neste momento, é o cúmulo do absurdo o que está acontecendo em nosso País. Como se não bastasse, na semana atrasada, a aberração concernente ao Santander, que promover um grande desrespeito às crianças do nosso Brasil, agora vem o Museu de Arte Moderna de São Paulo. Ou seja, é a desgraça, a miséria diabólica, satânica, infernal com a denominação de museu.

Todos sabem do que aconteceu. Como podemos, senhoras e senhores, tendo o Brasil assistido atônito a essa questão, deixar a coisa passar de qualquer jeito? Tem que haver punição para os envolvidos nessa desgraça chamada arte ou cultura.

Lamento que alguns venham aqui defender cultura e arte. Muitos deles, especialmente aqueles que defendem todo tipo de porcaria no Brasil, defendem o desrespeito às crianças e tudo o que não presta. Foram eles mesmos que processaram um ex-candidato à Presidência da República, porque são ligados ao ativismo homossexual, quando o candidato falou que órgão excretor não é órgão sexual. Aí tem que punir? Onde estão esses defensores agora, senhoras e senhores, para defender as nossas crianças? Muitos deles não vão defende-las porque defendem o amor infantil, porque defendem que a criança pode amar e ser amada, ou seja, já defendem a pedofilia no Brasil.



Pergunto: isso aqui está correto? (*Mostra fotografia.*) Uma criança toca um homem nu. Isso está correto? É isso o que as senhoras e os senhores defendem para seus filhos, para seus netos, para esta geração? “Ah, mas isso aqui não tem nada de mais. Ele é um coreógrafo”. Ele é um bandido! Ele é um miserável! Esse camarada deveria estar na cadeia! Os pais também são responsáveis, o que é pior. “Ah, Deputado, aí é pornografia. O senhor vai mostrar isso aqui, agora? Tem que ter uma tarja!” Uma tarja onde? Está na Internet dessa forma! O camarada nu! Está aqui para que todos vejam. Vemos aqui crianças serem usadas para tocar um homem nu!

Aonde vamos chegar? Temo por este País. A ira de Deus existe, e os responsáveis poderão pagar.

Aqueles “excretorianos” que defendem a prática sexual por órgão excretor, como disse o candidato à Presidência, defendem isso? “Ah, não. Isso aqui é cultura. É maldade. Nós aqui somos maldosos”. Maldosos uma praga! Esses miseráveis, tanto os defensores como os praticantes, todos deveriam responder à Justiça! É isso o que queremos.

Vamos lutar para que o Museu de Arte Moderna, essa desgraça, pague por esse mal que está fazendo ao nosso País, às nossas crianças. Quero saber quem vai ser o descarado que vai defender essa praga. Alguns aqui defendem tudo o que é porcaria e devem vir defender isso.

Sr. Presidente, peço que seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*, o nosso protesto, o nosso repúdio a essa desgraça. Precisamos moralizar o nosso País e exigimos respeito para com as nossas crianças.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Será divulgado no programa *A Voz do*

Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet, por 1 minuto.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria registrar, a exemplo do que fez o Deputado do PT, o falecimento de Luiz Carlos Cancellier, o nosso amigo Cao, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, que sofreu uma humilhação muito grande quando foi preso. Não se sabe ainda do que foi acusado de estar envolvido. Fala-se de um caso que ocorreu 3 anos antes de ele ser reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para o reitor, um homem com mestrado e doutorado, que no meio universitário foi eleito após disputa ferrenha dentro da universidade, aquele fato da sua prisão foi a humilhação final. Ele deixou uma declaração: *“Naquele dia em que fui preso eu morri”*.

No dia de hoje ele foi encontrado no *shopping* mais movimentado da cidade de Florianópolis. Ele caiu e perdeu a vida.

O nosso amigo Cao é uma referência. Sua imagem não está manchada. Estudamos juntos na Universidade Federal de Santa Catarina. Faço esta homenagem à sua memória.

O Governo de Santa Catarina, em reconhecimento a ele, decretou luto oficial por 3 dias em Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Jhonatan de Jesus, por 1 minuto.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro rapidamente.

O Município onde nasci, o pequeno mas querido São João da Baliza, está de luto hoje pela morte do nosso amigo Algeziro Guilherme Sales, mais conhecido como Dr. Sales.

A farmácia de Sales foi a primeira a chegar a São João da Baliza. Às vezes, quando faltava um médico na cidade, todo mundo corria para a farmácia do amigo Sales para fazer o tratamento, para pedir o conselho dele. Sales, por muitos anos, foi talvez o único médico que a cidade teve.

O nosso querido Dr. Sales, o nosso farmacêutico querido nos deixou hoje.

Em 2009, Sr. Presidente, a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima lhe concedeu a comenda Orgulho de Roraima, em sessão presidida pelo Deputado Mecias de Jesus.

Faço daqui a minha homenagem, a homenagem do Deputado Mecias, a homenagem da minha família, da família Pereira, à memória do nosso querido Dr. Sales.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass, por 3 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, será mesmo que esta Câmara dos Deputados vai cometer o mesmo erro e impedir, pela segunda vez, que Michel Temer acerte as suas contas com a Justiça? Tudo indica que sim, que a decisão vai contrariar 97% do povo brasileiro, que não confia em Temer.

Mas, por favor, peçam à turma de Temer que use outro argumento, que não venha falar em estabilidade. Estabilidade é sinônimo de confiança, senhores, e a última coisa que se pode dizer de Temer é que ele seja confiável.

Ah! Também não tentem fazer da denúncia uma guerra particular entre Michel Temer e Rodrigo Janot. Não. A denúncia não é mera convicção do Procurador, é resultado de um inquérito feito pela Polícia Federal.

O Ministro Luís Roberto Barroso foi feliz ao lembrar que a segunda denúncia é cheia de provas: extratos de contas no exterior; mensagens de celular; áudios gravados com autorização judicial; vídeos gravados com autorização judicial; fotos; anotações dos próprios acusados e dos corruptores; dinheiro apreendido em malas e caixas; contratos; notas fiscais; grampos telefônicos; planilhas; auditorias; relatórios da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras e até do Tribunal de Contas da União.

Vejam: são provas, muitas provas!

Então, dizer que Temer estabiliza o País é afirmar que, para o mercado, confiável é a corrupção. É isso mesmo o que V.Exas. pensam, Deputados? Esse é o



mercado de V.Exas.? Não. Não vamos resumir esta Câmara a um amontoado de cúmplices de um governante criminoso.

Vamos votar “sim” ao prosseguimento da denúncia contra Michel Temer. As provas são fartas. Não podemos jogar para debaixo do tapete toda essa corrupção e impedir a Justiça de agir. Nós não podemos obstruir a Justiça.

Eu votarei pela admissibilidade.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de comunicar aos nobres pares que devem só registrar a presença agora. Daqui a pouco, vai ser lido o parecer oferecido ao Projeto de Lei nº 8.612, de 2017. Não haverá discussão, não haverá votação nominal, nada. Só será lido o parecer hoje. O acordo é esse. Amanhã haverá sessão extraordinária a partir das 9 horas. Aí começará a discussão.

Quero deixar isso claro para todo o mundo. Quem tiver algum compromisso pode se dedicar ao compromisso.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Uldurico Junior, por 3 minutos.

O SR. ULDURICO JUNIOR (PV-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu venho hoje a esta tribuna para parabenizar a população de Eunápolis. Na semana passada, 1.700 famílias receberam a casa própria.

Mesmo com a tentativa da Prefeitura Municipal de adiar a entrega das casas para o ano que vem, às vésperas das eleições, mesmo com a tentativa de recadastramento das pessoas que iam receber as casas, nós conseguimos, com o nosso empenho, por intermédio do Ministro Bruno Araújo, entregar 1.700 casas a famílias de Eunápolis que sonhavam com a casa própria.

Queria registrar também, Sr. Presidente, que protocolei esta semana no Ministério das Cidades mais um pedido de construção de casas, de 2.300 casas no Município de Eunápolis, que ainda sofre muito. Mais pessoas precisam ser atendidas com a casa própria. Como nós brigamos muito para que não houvesse recadastramento de pessoas que receberam casas, vamos em busca de mais casas, para que mais pessoas sejam contempladas.

Peço que esse registro seja transcrito nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de dizer aos nobres pares que o Relator esteve aqui agora e que pedi a ele que, se pudesse, desse-nos mais um tempo para falar. Ele concordou em voltar depois das 20 horas para ler o parecer.

Há muitos inscritos e muitos temas importantes a debater. Os Deputados que tiverem outro compromisso podem ir. Àqueles que não tiverem e quiserem falar peço que se inscrevam.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Soraya Santos, para uma Comunicação de Liderança, pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher.

V.Exa. tem 5 minutos.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato.

Eu subo a esta tribuna, primeiro, para lembrar que estamos entrando no mês de outubro, quando será feita a iluminação especial de prédios públicos aqui e em todo o Brasil, para uma campanha de suma importância. De 2016 a 2017, Presidente Carlos Manato, houve mais de 57 mil casos de mulheres com câncer de mama, infelizmente. Então, fazemos esse movimento para alertar as pessoas para a importância de fazer o exame preventivo.

Quero também lembrar, Presidente Carlos Manato, que nós temos votado várias proposições para ajudar nesse processo. Cito a prótese dupla. Hoje, quando a mulher tem que extrair um seio, ela tem a garantia de se socorrer de duas próteses. E nós aprovamos um projeto sobre o atendimento psicológico a essa mulher.

No ano passado, numa ação importantíssima aqui no Congresso Nacional, chamamos a atenção para a importância da redução da altura dos mamógrafos. Isso já virou lei. Na compra pública desse equipamento, é preciso lembrar que ele precisa ter regulagem de altura, para mulheres cadeirantes. O ultrassom não previne o câncer de mama.



Mas eu subo a esta tribuna hoje, especialmente, para dizer, em nome da bancada feminina, que vamos encaminhar a Raquel Dodge um pedido de apuração do caso do homem nu, em São Paulo, que envolveu crianças.

Não é pequeno o esforço que esta Casa e o Brasil fazem para o combate à pedofilia, a proteção das famílias e de seus valores. São inadmissíveis eventos dessa natureza, beneficiados muitas vezes — como este, houve o caso da exposição promovida pelo Banco Santander — pela renúncia fiscal, através da Lei Rouanet.

Vamos encaminhar, pela bancada feminina, um pedido de esclarecimento ao Ministro Sérgio Sá, da Cultura. Nós queremos saber se há dinheiro público nisso e queremos saber se o Santander devolveu o dinheiro, como já anunciado, porque foi beneficiado por renúncia fiscal.

Presidente Carlos Manato, precisamos trazer para este plenário, para ontem, um projeto que já esteve na pauta várias vezes e saiu dela, alheio à nossa vontade, que trata da proibição, Deputada Keiko, da utilização de dinheiro público para esse tipo de coisa, para incentivo a músicas que preconizam a violência contra a mulher. *“Um tapinha não dói”?* Tapinha dói e dói muito. Já é escasso o dinheiro público, então nós temos que aplicá-lo em ações voltadas para a construção de valores, para o incentivo à cultura, para a valorização de princípios morais e éticos.

Então, vamos encaminhar um pedido de esclarecimento ao Ministro Sérgio Sá, para que ele nos diga se houve renúncia fiscal nesses dois casos. Deputado Sóstenes, nós vamos buscar esse dinheiro. A Lei Rouanet é de fundamental importância e alavancou muito a cultura no Brasil, mas nós não podemos abrir mão de dinheiro público para projetos dessa natureza.



Faço o registro da indignação da bancada feminina, que, junto com vários pares desta Casa, está tratando de combater a pedofilia.

Veja V.Exa., Deputado Sóstenes, só no Estado do Rio de Janeiro, no ano passado, houve 444 casos de pedofilia registrados — e sabemos que são subnotificados —, com abuso de crianças de até 3 anos de idade.

É inadmissível a cena que nós vimos. Isso está longe de ser arte. O Brasil tem que avançar e apoiar atividades culturais, mas isso nós não reconhecemos como cultura, porque traz o incentivo à pedofilia, a qual temos que combater no Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado João Daniel, por 1 minuto.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir que fosse considerado como lido o pronunciamento em que transcrevo nota do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra sobre o falecimento do grande teórico e lutador István Mészáros, que nos deixou ontem.

Ele é reconhecido no mundo inteiro por sua grande obra, intitulada *Para Além do Capital*, além de muitas outras que escreveu.

Neste momento em que o capital, no mundo inteiro, tem essa força de exploração, o que ele disse é muito adequado: *“Para o capital, os seres humanos são ao mesmo tempo absolutamente necessários e totalmente supérfluos”*.

Essa é a nossa homenagem à memória de István Mészáros, grande teórico da classe trabalhadora. O mundo inteiro homenageia a sua história, a sua luta e as suas obras, que ficarão para sempre, para fortalecer a luta da classe trabalhadora.

Peço que este meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para deixar registrada nota do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sobre o falecimento de István Mészáros.

Peço a divulgação no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação.

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR



As trabalhadoras e os trabalhadores rurais Sem Terra do MST do Brasil lamentam profundamente o falecimento de István Mészáros, filósofo marxista, escritor e militante, nascido na Hungria em 1930.

Mészáros faleceu ontem (01), vítima de falência múltipla de órgãos, decorrente de dois derrames que avançaram para um agravamento fatal. Estava na UTI hospitalar, sempre assistido por familiares e amigos.

Dedicava-se no último período à sua nova obra, com ênfase na análise crítica sobre o Estado, “Para Além do Leviatã”, tema fundamental para a formulação estratégica e retomada necessária da ofensiva socialista.

Mészáros deixa uma vasta obra — ferramentas de nosso tempo nas mãos os militantes sociais pelo mundo todo — entre elas, destaca-se “Para Além do Capital”. A ousadia provocadora de sua obra, revela uma juventude marcante em Mészáros que o acompanhou por toda sua vida.

Que as sementes lançadas por este grande homem sejam semeadas por toda a parte. Em tempos tão difíceis, de barbárie em curso e confusões ideológicas, a certeza é de que a marcha sempre segue e ninguém poderá detê-la.

Pois para o capital, “seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos”. (István Mészáros).

MST — Brasil



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Benito Gama, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

V.Exa. dispõe de 6 minutos na tribuna.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu retorno à tribuna desta Casa para fazer mais uma vez uma referência à campanha Outubro Rosa, de prevenção do câncer de mama.

Todas as mulheres precisam, mas especialmente a mulher mais carente, mais necessitada precisa do apoio dos Governos Federal, estadual e municipal.

Hoje, na cidade de Salvador, na Bahia, o Prefeito ACM Neto e a Secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, Taissa Vasconcellos, lançaram um projeto para o mês de outubro, para se fazer a prevenção do câncer de mama. É um projeto da maior importância, com sete ações específicas, diariamente, 24 horas por dia, para atender as mulheres que mais precisam de apoio para fazer a prevenção dessa doença.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero deixar uma referência importante a esse Prefeito, que sempre, desde que assumiu o primeiro mandato, foi considerado o melhor Prefeito do Brasil. Espero que o Governo da Bahia e outros Governadores e Prefeitos tomem iniciativas nessa área.

Outro assunto, Sr. Presidente, é com relação ao emprego no Brasil. Estamos vendo, a olhos claros, com uma transparência muito significativa, o crescimento do emprego no Brasil.

Há 1 ano, o Governo que aí está recebeu uma herança maldita em todos os sentidos, mas em relação ao desemprego ela foi muito forte e cruel: 14 milhões de



desempregados foram entregues à responsabilidade do Governo do Presidente Michel Temer para que ele buscasse soluções.

O índice de desemprego está caindo a cada mês. É evidente que se trata de um processo de recuperação da economia, e isso vai acontecendo dentro do seu prazo e das condições de credibilidade dos investidores. É isso que está havendo.

A nossa expectativa é tirar esses 14 milhões de desempregados das ruas e das suas casas e retorná-los ao trabalho. A pessoa precisa de dois endereços na sua vida: um para ir ao trabalho, pela manhã, e outro para retornar a sua casa, à noite.

Então, nossa bancada de apoio ao Governo está lutando pela geração de mais empregos no Brasil, que já está acontecendo, mesmo tendo começado lenta e gradual. A reforma trabalhista entrará em vigor no próximo dia 1º de novembro, e, a partir daí, a capacidade de geração de renda e de emprego será muito grande.

Outro ponto importante, Sr. Presidente, é a operação do Governo em relação a obras na Bahia. As obras federais que estavam paralisadas no meu Estado estão recomeçando, e algumas estão sendo iniciadas. Infelizmente o Governador Rui Costa, quando vê uma obra federal que está programada e que tem 90% ou 95% dos recursos alocados pela nossa bancada, vai até o local e anuncia que se trata de obra do Governo do Estado. Não é verdade.

Ainda neste final de semana, a duplicação da Rodovia Itabuna-Ilhéus foi prometida pelo Governador como se fosse uma obra do Governo do Estado. Não é! É uma obra federal, com 95% de recursos do Governo Federal, à qual o Presidente Temer tem dado todo o apoio.



Estou me referindo à rodovia que liga Itabuna a Ilhéus, a uma duplicação necessária, que não foi feita em 14 anos do Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, nem nos 11 anos do Governo de Jaques Wagner e Rui Costa. Então, há praticamente 14 anos não vão recursos federais para se cumprirem as obrigações na Bahia.

Na região de Itabuna e Ilhéus, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há a Barragem do Rio Colônia, que já está começando; aliás, já está praticamente concluída. Todo o recurso é federal. Essa Barragem do Rio Colônia é uma obra do Governo Federal. O Presidente Temer não tem poupado interesse político e recursos para que essa obra não pare. E nós a estamos tocando com muita clareza. Assim se vai na área de estradas, na área de barragens.

Neste final de semana também, o Governador prometeu construir, em Bom Jesus da Lapa, uma cidade importante da Bahia, um dos maiores hospitais do Brasil. É claro que ele não vai conseguir fazer isso. Qualquer construção civil, por menor que seja, demora de 12 meses a 18 meses para se concluir. Ele está fazendo promessa eleitoral, porque deve ser candidato à reeleição no próximo ano, mas faz uma promessa que depende de recursos federais, recursos que não são do Governo do Estado.

Realmente ninguém quer a paternidade sozinho. Se o Governo do Estado puder ajudar, a colaboração será aceita — e bem aceita. Mas prometer um hospital em Bom Jesus da Lapa com mais UTIs do que os hospitais de Salvador, de Vitória da Conquista, de Itabuna e de outras grandes cidades da Bahia é uma inverdade. Nós não podemos nos calar. Nossa bancada vai reagir, não contra as obras, mas para mostrar a realidade dos fatos, a verdade sobre o que está acontecendo.



Eram as palavras que queria dizer, Sr. Presidente.

Peço a V.Exa. que este pronunciamento seja veiculado pelos meios de comunicação desta Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal, por 1 minuto.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero lamentar o trágico acontecimento com o Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele se valeu do suicídio para praticar um ato político de forte impacto. As universidades brasileiras estão em luto.

De fato, o reitor foi humilhado e exposto sem provas. Essa natureza policialesca do Estado precisa ser revista. Quando há denúncia com prova, vamos apreciar. Quando não há prova, é necessário ter respeito, ter resguardo pelo direito à defesa do cidadão.

Falo de um reitor eleito, de um homem sério, reconhecido por todo o Estado de Santa Catarina, independentemente de sua matriz político-ideológica. As universidades brasileiras estão em luto.

Peço que este pronunciamento divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Isso será feito, nobre Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, capixaba, por 1 minuto.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero protestar contra a venda da ELETROBRAS e das quatro hidrelétricas da CEMIG, em Minas Gerais. Vai chegar a vez de Belo Monte! O Presidente Lula e a Presidenta Dilma fizeram a maior hidrelétrica brasileira, e o Temer a vende a preço de banana para os chineses. Isso é uma covardia. Essa quadrilha que está vendendo o Brasil deveria ser presa.

O PSDB e o Democratas são coniventes com o que está acontecendo. Eles estão juntos. O Temer só cai se eles reagirem. Então, é falsidade, é papo furado do PSDB essa história de que uns estão para cá e outros estão para lá.

O Brasil está sendo vendido a preço de banana!

Peço que o programa *A Voz do Brasil* divulgue a minha fala.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Lincoln Portela, por 3 minutos.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Parlamentares, eu tenho procurado me manter sempre numa posição de equilíbrio no que concerne às questões da religiosidade brasileira, com todo o respeito, é claro, mas nós percebemos que, quase sempre, esta Casa e grande parte da mídia brasileira perseguem aqueles que professam a fé cristã evangélica.

Ora, agora nos chamam de “os morenos”. Um dia desses ouvi o assunto “entre nós e eles”. Agora é “entre os morenos e a gente de bem”. A “gente de bem” são os ricos, são os cultos, são os preparados, são os viajados, são os que gostam de arte — arte como aquela profanação que já aconteceu por duas vezes, que vimos. Diversas profanações dessa natureza acontecem no Brasil em relação às nossas crianças. Diga-se de passagem, o Brasil é considerado um país de turismo sexual e ainda o segundo País mais pedófilo do mundo.

É claro que essa “gente morena”, como é intitulada agora, acaba ficando contra essa “gente de bem”, porque grande parte dessa “gente de bem” forma também quadrilhas, para que a rede de pedofilia pela Internet possa atuar.

Nada pior — e o Brasil inteiro viu isso — do que o que aconteceu em duas ou três exposições da chamada “arte”, que Marquês de Sade gostaria muito que acontecesse. Ele já havia vaticinado isso vários anos atrás.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não estamos calados. Continuaremos reagindo. Podem continuar falando. Falem mal da Frente Parlamentar Evangélica, falem mal dos evangélicos. Uma coisa é certa: quanto mais



falarem de nós, não seremos apenas um terço, seremos um pouco mais do que isso. Temos mostrado à sociedade brasileira o bem que fazemos na recuperação de alcóolicos, na recuperação de drogaditos ou dependentes químicos, na recuperação de famílias e na reintegração de pessoas à sociedade brasileira.

Continuem falando. Quanto mais falarem, mais cresceremos. Se tentarem nos tirar daqui, sairemos. Outros virão e — quem sabe? — até numa condição melhor do que a nossa. Representamos mais do que um terço da população brasileira e temos 87 Parlamentares que professam a fé evangélica. Diga-se de passagem, para desespero desse grupo ou desses grupos. No dia 31 de outubro, vamos comemorar, para desespero deles, os 500 anos da Reforma Protestante.

E o maior desespero deles, Deputado Carlos Manato, Presidente desta sessão, é que nós evangélicos, nós católicos estamos juntos nesta Casa em defesa da família brasileira, para que ela não seja vilipendiada como está sendo agora, através desse mantra da ideologia de gênero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Beto Faro.

O SR. BETO FARO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que, no dia de ontem, estive no Município de Concórdia do Pará, onde foi realizado o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, com milhares de pessoas nas ruas e com a visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré, do Círio de Belém, que vai se realizar neste próximo final de semana.

Num momento de fé e de esperança daquele povo, pude estar junto com o nosso Prefeito Elias, com a Vice Elisangela e com vários Vereadores e Secretários. A população católica, de forma muito generosa, recebeu a imagem de Nossa Senhora de Nazaré.

Concórdia do Pará é um Município que cresce bastante na região do Vale do Acará. A sua administração dinâmica vem, de fato, desenvolvendo aquele Município. Podemos perceber, a olho nu, o crescimento da cidade e o crescimento daquela população.

Portanto, quero parabenizar toda a população de Concórdia do Pará!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o pronunciamento de V.Exa. no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no sábado, dia 7 de outubro, Angra dos Reis vai parar numa grande mobilização, de sindicatos, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, de igrejas — católicas, protestantes, umbandistas —, da associação de moradores, porque o antigo Estaleiro Verolme, atual BRASFELS, está em via de ser fechado.

A atividade metalúrgica é essencial para a economia de Angra dos Reis. A cidade de Angra não concorda que a PETROBRAS contrate na China aquilo que os brasileiros podem fazer, que exporte aquilo que mais estamos precisando, que é emprego.

Então, a população vai organizar um grande ato, uma grande manifestação, vai dar um abraço naquele Estaleiro, que vai completar 60 anos e que é responsável por uma das atividades mais importantes da economia da região. Os Municípios vizinhos de Parati, Rio Claro...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao grande líder do Democratas do Acre, o nobre e competente Deputado Alan Rick. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. ALAN RICK (DEM-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato.

O Brasil tem assistido ultimamente, Sr. Presidente, a um processo de degradação de valores, de inversão de valores em nossa sociedade. Os últimos acontecimentos envolvendo manifestações que se dizem artísticas, que estão expondo crianças a cenas que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que são criminosas, que são inadequadas, que são obscenas, devem receber reflexão desta Casa.

Sr. Presidente, o Brasil não pode aceitar este processo de busca de erotizar as nossas crianças. A quem interessa erotizar as crianças do Brasil? A quem interessa implantar a ideologia de gênero nas escolas? A quem interessa colocar crianças em uma peça teatral tocando em um homem nu? A quem interessa colocar crianças de mãos dadas a um homem nu com a sua genitália exposta? Que tipo de arte é essa?!

Sr. Presidente, como disse com muita propriedade o Deputado Onyx Lorenzoni, uma sociedade justa e verdadeira protege as suas crianças e respeita os seus idosos. Que sociedade é essa que não protege as suas crianças e que, em nome da arte, provoca e permite todo tipo de aberração e de obscenidade?!

Sr. Presidente, nós entramos com uma representação junto ao Ministério Público Federal contra os promotores daquela *performance* lá em São Paulo, no Museu de Arte Moderna — MAM, e também em Salvador.



Ora, pais do Brasil inteiro, professores, educadores, cidadãos de todo o País, a sociedade brasileira se levantou contra isso. O povo brasileiro não quer ver suas crianças serem violentadas em sua fragilidade moral e psicológica.

Educadores, psicólogos, pedagogos, pediatras, todos sabem disto: as crianças são seres em formação e têm a proteção do Estado, como está na no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Civil e, principalmente, na nossa Constituição Federal.

Ora, a quem interessa isso?!

E eu vou lhe dizer, Presidente: a pessoas que vão doutrinar, buscar tomar a mente das nossas crianças com a sua patologia diabólica, com o seu interesse escuso. São pessoas que têm um objetivo só: vencer a guerra ideológica neste País, desconstruir a nossa sociedade e os valores da família brasileira.

Vamos lutar de todas as maneiras e vamos debelar esse mal do Brasil.

Aqui falou o Deputado Alan Rick, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família.

Solicito que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Parabéns, Deputado Alan Rick.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) -
**DISCURSO DO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA QUE, ENTREGUE
AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE
PUBLICADO.**



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Renato Molling.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Carlos Manato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a sociedade está exigindo cada vez mais retorno dos gestores, especialmente na boa aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, a Confederação Nacional de Municípios — CNM tem elaborado várias pautas, juntamente com os Prefeitos, e constituído uma comissão para que realmente possa haver mais agilidade na aplicação desses recursos.

Eu já fui Prefeito e sei das dificuldades e da burocracia que existem, muitas vezes, para que as obras aconteçam, para que sejam bem executadas, especialmente quando se refere à área pública.

A Lei de Licitações que em 2007 esta Casa aprovou — com reformulações e mais transparência —, foi para o Senado e agora, finalmente, em 2017, voltou para a Câmara como o PL 6.814/17. Espero que nós votemos com urgência esta Lei de Licitações para atualizar valores, porque os que existem hoje significam um custo muito elevado para os Municípios.

Além disso, nós temos hoje muitos problemas de fiscalização. Nossos órgãos de fiscalização têm que se atualizar cada vez mais, para que nossos projetos sejam mais rapidamente executados, e de maneira clara, transparente, para que a população possa ficar contente.

Há poucos dias, eu estive na Embaixada da Suíça participando da inauguração do maior túnel do mundo, que liga os Alpes até a Itália. O engenheiro que fez a obra recebeu um troféu, porque ele acertou exatamente o orçamento da



obra — que é em euros, é claro — e o prazo de execução. Esse túnel tem 69 quilômetros.

É disso que nós precisamos. São esses exemplos que nós precisamos seguir. Aqui no nosso País, muitas vezes, faz-se um orçamento, a obra está orçada em 100, depois custa 500. Alguma coisa está errada: ou o projeto está mal executado, ou o projeto foi feito de propósito de maneira ruim, mas é isso que nós precisamos melhorar.

Especialmente, também, as instituições que fiscalizam isso têm que se aprimorar, para que nós possamos atender a nossa população com mais qualidade e, especialmente, fazer uma boa aplicação dos recursos públicos.

Muito obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Leônidas Cristino, por 1 minuto.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é motivo de preocupação o projeto de incorporação do Banco do Nordeste — BNB e do Banco da Amazônia — BASA ao Banco do Brasil. É motivo de repúdio, de mobilização e de luta impedir mais este desastre.

Essa hipótese totalmente descabida foi alvo de cogitação em estudo da Fundação Getúlio Vargas que abrange 151 empresas estatais controladas pelo Governo Federal.

Quanto ao BNB, especificamente, trata-se de instituição que exerce importante função de planejamento, que, por intermédio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — ETENE, exerce papel estratégico para o desenvolvimento da região.

O Nordeste, Sr. Presidente, vai reagir. Que o Presidente Michel Temer não se atreva...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é motivo de preocupação o projeto de incorporação do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco da Amazônia (BASA) ao Banco do Brasil. É motivo de repúdio, de mobilização e luta para impedir mais este desastre. Essa hipótese, que é totalmente descabida, foi alvo de cogitação em



estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que abrange 151 empresas estatais controladas pelo Governo Federal, para redução de funções ou privatização.

Quanto ao BNB, especificamente, trata-se de uma instituição que exerce uma importante função de planejamento, que, por intermédio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), exerce um papel estratégico para o desenvolvimento da região.

O lucro líquido do BNB no primeiro semestre de 2017 foi de 298 milhões de reais. Esse expressivo resultado financeiro de uma instituição que não depende dos recursos do Tesouro Nacional produz um impacto social relevante. O BNB é o maior operador do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no País e o maior agente financiador do microcrédito da América Latina, com mais de 2 milhões de pessoas atendidas com o Crediamigo.

O instrumento de crédito é fundamental para a indução ao desenvolvimento, para a superação dos efeitos da redução da atividade econômica em épocas de crise. Esses rumores de retrocesso se dão no momento em que o Banco, apesar do lucro formidável apresentado, procede a uma reestruturação que levou ao fechamento de 15 agências, uma delas na minha cidade de Sobral, para a perplexidade da sociedade cearense e nordestina.

Nesse quadro de crise, o Governo deveria apoiar o fortalecimento do BNB. Em vez de ajudar, pelo contrário, acha de atrapalhar com essas medidas de corte nos seus pontos de atuação, que são as agências bancárias. Essa atitude denota a fragilidade do Governo, evidenciada na ausência de discussão com a sociedade, com os agentes econômicos e com o Congresso Nacional.



Que se respeite o interesse legítimo do povo brasileiro! Não é com a absorção do BNB pelo Banco do Brasil que vamos resolver alguma das reais necessidades do Nordeste e do Brasil. Essa hipótese é inadmissível e não pode prosperar.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Deoclides Macedo.

O SR. DEOCLIDES MACEDO (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos registrar que nesse final de semana, no sábado, estivemos no Município de São João do Paraíso, com o Prefeito Beto Regis, na convenção do PCdoB, e no domingo visitamos o Município de Campestre do Maranhão, no povoado de Cabeceira Grande, onde se realizou uma grande cavalgada. Visitamos as lideranças locais, o Prefeito Valmir, o Vice-Prefeito Mazão, o Vereador Ademar. Estávamos ali acompanhados do Giovani, do Joaci, do Juvenal, de lideranças de toda a nossa região.

E, ontem, domingo, ainda estivemos no Município de Lajeado Novo, com a nossa companheira Ana Lea e lideranças, participando ali dos festejos de São Francisco de Assis.

Sr. Presidente, era esse o registro que tinha a fazer e que gostaria que constasse no Programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado José Rocha, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados , eu quero registrar o nosso pesar pelo falecimento do Vereador Osmar José da Silva, do Município de Macarani, no meu Estado da Bahia, que era filiado ao PR e representava o nosso partido na Câmara de Vereadores.

O Vereador Osmar José da Silva tinha sete mandatos como Vereador, 60 anos de idade e uma história de amor pelo Município de Macarani e pelo Distrito de Vila das Graças.

Ele deixa a esposa Rosita Lacerda e Silva, o filho Catarino Lacerda e Silva e a nora Fabiana Moreira Prado. A sua ausência será sentida por todos na comunidade do Município de Macarani e por todos nós da família republicana.

Portanto, era esse o registro que queria fazer, de pesar pelo falecimento do nosso querido e saudoso Vereador Osmar José da Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de avisar a todo o Plenário que esta Presidência tem a prerrogativa de conceder 1 minuto a V.Exas. Com exceção disso, eu não tenho prerrogativa. Eu tenho que seguir o Regimento, ou seja, dar prioridade ao tempo de Liderança e às inscrições nas Breves Comunicações.

Deputado Delegado Éder Mauro, V.Exa. não está inscrito para falar por 3 minutos. Para falar por 1 minuto, posso conceder a qualquer momento a V.Exa., mas por 3 minutos não é possível, preciso seguir a ordem de inscrições que tenho aqui.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Geraldo, para uma Comunicação de Liderança.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, disponho de 3 minutos, divididos com o Deputado Caetano, da nossa querida Bahia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste final de semana, participei de um seminário promovido pela Fundação Perseu Abramo, com as lideranças do PT da Amazônia. Mais de 200 lideranças do PT da Amazônia, de movimentos sociais, se reuniram em Santarém, no Pará. A abertura do evento aconteceu na quinta-feira à noite, e o encerramento, no sábado, por volta de meio-dia.

Lá, essas lideranças fizeram uma avaliação dos avanços das políticas dos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma para a Região Norte do Brasil, e da catástrofe que está acontecendo agora com a maneira como essas mesmas políticas, já implantadas, já em andamento, estão sendo executadas pela equipe de Governo do Presidente Michel Temer e do Henrique Meirelles. Falo de Henrique Meirelles porque é ele quem determina esse arrocho. É o Ministro mais forte nomeado pelo Temer, e é quem está cortando em média 70% dos investimentos em programas sociais. Mas há muito mais do que isso.

Lá no Norte do Brasil, as pessoas estão sentindo muito mais a alta nos preços da energia e do petróleo. Agora, os meios de comunicação, os grandes meios de comunicação, que foram os responsáveis pelo golpe, por colocar Temer na Presidência e por tirar a Presidenta Dilma de lá, não alardeiam, não divulgam o aumento do preço da energia. Estão com vergonha, porque pregaram que ia baixar o preço da energia. Estão com vergonha, porque no Norte do Brasil já há Municípios



pagando mais de 5 reais por um litro de gasolina. E esse aumento do preço do petróleo e da energia acaba encarecendo a vida do povo naquela Região muito mais do que em outras Regiões do País.

A pergunta que faço é a seguinte: se não está faltando petróleo aqui no Brasil, se não está faltando energia — porque os Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma produziram energia, construíram hidrelétricas por este Brasil, inclusive na Amazônia, a maior do Brasil, Belo Monte, que agora tem energia sobrando — por que o Governo incompetente não consegue transmitir essa energia? O prejuízo já passa de 1,5 bilhão de reais. E quem paga por esse prejuízo? Todos os consumidores brasileiros, porque essa conta é rateada entre os consumidores.

É isso que está acontecendo neste País, e este Congresso é culpado, porque a maioria dos Deputados e Senadores votaram pela lei de limite de gastos.

A Universidade Federal do Oeste do Pará — UFOPA, por exemplo, precisará, nos próximos 3 anos, de 120 milhões para terminar a sua estruturação. Se ela não tiver esse dinheiro, nós teremos um grande prejuízo para o presente e para o futuro. Para ser mantida, a universidade precisará de 35 milhões. Então, faço a seguinte pergunta: onde estão os orçamentos para manter essas políticas funcionando?

Encerrando, eu quero responsabilizar a maioria daqui, que está mantendo Michel Temer. E poderá votar novamente. Será? Eu fico me perguntando. Vão respeitar o povo brasileiro? Porque a aceitação de Temer já chega quase a zero nas pesquisas.

Eu queria que o programa *A Voz do Brasil* registrasse o meu pronunciamento.



E deixo que o nosso companheiro baiano, o Deputado Caetano, faça a conclusão do nosso horário de Liderança pela Minoria.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Pereira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano, do PT da Bahia. S.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado ao nosso Líder Deputado Zé Geraldo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, nesse fim de semana nós vimos a publicação da pesquisa do Datafolha que deixou a Globo, deixou a elite brasileira incomodada: Lula dispara; passa dos 30%, nos últimos dias, cresce 5% e lidera em todos os cenários do primeiro e do segundo turnos. Lula! É incrível a força de Lula! Lula cresce em todos os Estados do Brasil!

Ora, foi nisso que deu a perseguição a Lula. Ele foi perseguido 24 horas por dia, 7 dias por semana, todo instante, toda hora, perseguido pela elite brasileira, perseguido por todos que não concordam com seu trabalho, com sua luta, com sua história. Mas esse gigante se agiganta mais a cada instante. Sabem por que, Sras. e Srs. Deputados? Porque Lula está deixando lembrança. O povo tem saudade de Lula! O povo tem saudade de Lula porque, na sua época, o pobre foi incluído no Orçamento da União pela primeira vez no Brasil.

Com Lula, Sr. Presidente, reduziu-se a miséria deste País! Ele tirou o Brasil do Mapa da Fome. Os jovens carentes da periferia tiveram, pela primeira vez, acesso à universidade. O ensino técnico se expandiu pelo Brasil. Lula fez o Minha Casa, Minha Vida, Lula fez o Bolsa Família, melhorou o salário mínimo e melhorou a renda do povo brasileiro.

É por isso que o povo quer Lula de volta, porque Lula soube governar este País, Lula soube transformar este País em benefício dos mais necessitados. Lula não governou para a elite brasileira, Lula governou para o povão, para todos os



rincões do Brasil, para os Municípios mais distantes, para o setor rural. Trouxe água para todos.

Lula transformou esta Nação brasileira. É por isso que o povo tem saudade e quer Lula de volta. É por isso que o povo diz, em todos os cantos do Brasil, que Lula é o Presidente que poderá melhorar a situação brasileira.

Quando DEM, PSDB e PMDB se juntaram e deram o golpe, há 1 ano e poucos meses, o que aconteceu com o País? Esse desemprego alarmante, essa situação difícil para o povo brasileiro.

Aqui nesta Casa, mandado por Temer, pelo DEM, PSDB e PMDB, aprovou-se a reforma trabalhista contra os trabalhadores, a precarização do trabalho. E aí o povo diz: *“Se fosse com Lula, isso não acontecia, acontecia o contrário”*.

Por isso o povo brasileiro clama por Luiz Inácio Lula da Silva, e é por isso que ele dispara nas pesquisas e vai crescer mais ainda. E, com certeza, para melhorar o País, Lula Presidente do Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) – Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro, por 1 minuto.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD-PA. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com todo o respeito ao colega que falou ainda há pouco, eu quero Lula é na cadeia — e tenho certeza de que a grande maioria do povo brasileiro também quer.

Eu quero aqui falar sobre os últimos acontecimentos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul, onde houve aquela exposição que mostrou zoofilia, pedofilia e tudo mais. Agora a audácia ocorreu em São Paulo, onde uma mãe colocou uma criança, uma menina de 4 anos, para passar a mão em um homem estranho nu. Em outras situações, Sr. Presidente, isso se chama crime de estupro de vulnerável.

Eu não quero nem comparar essa infeliz com os animais, porque tenho certeza de que uma cadela ama e protege o seu filhote muito mais do que esta mãe. Eu não quero compará-la, Sr. Presidente, porque tenho certeza de que, por trás dessa arte satânica que esta minoria da minoria quer impor para destruir a família e os valores corretos de família, o que ocorre é nada mais do que uma tentativa de transformar este País em Sodoma e Gomorra.

Família brasileira, abra o olho para esse tipo de coisa! Nós devemos defender as nossas crianças e os valores da família. Enquanto aqui eu estiver, não vou deixar que esse tipo de coisa aconteça.

Esse pessoal que aqui defende esse tipo de coisa não vai ter trégua não só da bancada da segurança, mas também de todos aqueles que vieram de uma família. Não vamos deixar as nossas crianças passarem pelo que estão passando.



Estão confundindo a cabeça das nossas crianças em escolas, tentando impor a ideologia de gênero.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) – Muito obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, do PT da Bahia, por 1 minuto.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é impressionante como essa turma da bancada da bala quer que o Brasil volte à Idade Média. Para eles, tinha que colocar Goya, Rembrandt e outros pintores na fogueira. Todos são inocentes e imorais. É impressionante!

Mas sobre o que eu queria falar mesmo, Sr. Presidente, é que estamos começando mais uma semana sem o Governo golpista do Presidente Temer, corrupto, da quadrilha do PMDB, liberar o pagamento de 600 milhões de reais que deve ao povo da Bahia.

Nós precisamos garantir esses recursos, aprovados, assinados e publicados no *Diário Oficial*. E não adianta fazer chantagem com Temer, dizendo que, se ele liberar o empréstimo, vai perder votos de Deputados para salvar a cabeça dele, porque o povo da Bahia não vai aceitar mais isso.

São 600 milhões de reais que o Governo golpista, que a quadrilha do PMDB está tirando do povo da Bahia. Já não bastassem os 52 milhões do roubo do Geddel, estão roubando 600 milhões. A quadrilha do PMDB está roubando 600...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JORGE SOLLA - Conceda-me mais 1 minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - O tempo é de 1 minuto, só.

O SR. JORGE SOLLA - A quadrilha do PMDB está roubando 600 milhões...

(Tumulto no plenário.)

O SR. JORGE SOLLA - Garanta minha palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado.



O SR. JORGE SOLLA - Garanta minha palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Deputado...

O SR. JORGE SOLLA - Estão preocupados? Quadrilha do PMDB, sim! A quadrilha do PMDB está roubando 600 milhões.

Eu quero que preserve meu minuto, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - V.Exa. já passou de 1 minuto.

O SR. JORGE SOLLA - Presidente, volte meu minuto, por favor. Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Está bem, pode continuar, Deputado.

(Tumulto no plenário.)

O SR. JORGE SOLLA - Eu estou esperando meu minuto de volta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Deputado Solla, V.Exa. já está falando.

O SR. JORGE SOLLA - Eu fui interrompido. Eu tenho direito a 1 minuto, Presidente. Eu tenho direito a 1 minuto. Por favor, seja democrático.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Deputado, eu estou sendo democrático. V.Exa. vai ter mais 1 minuto.

(Tumulto no plenário.)

O SR. AFONSO FLORENCE - V.Exa. tem que garantir a palavra ao Deputado Jorge Solla, Deputado Mauro Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Sim, mas ele está falando, Deputado.

O SR. JORGE SOLLA - V.Exa. tem que me garantir a palavra, Presidente!



O SR. AFONSO FLORENCE - Se a moda pega, não funciona mais o Plenário, Deputado Mauro.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA - É a quadrilha do Palocci e do Deputado Jorge Solla. A quadrilha é sua, Deputado. Por que V.Exa. não fala da Bahia, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Deputado, só 1 minutinho, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE - Deputado Mauro, garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Deputado Solla, V.Exa. usa o seu minuto, nós vamos respeitar, depois eu dou o direito de resposta.

O SR. JORGE SOLLA - Eu ouço os absurdos que V.Exas. falam. É a quadrilha do PMDB, sim, que está roubando 600 milhões do Governo da Bahia. Engulam! É a quadrilha do PMDB, sim. V.Exas. são aliados de Geddel, de Temer, de Padilha, da quadrilha do PMDB.

E mais: Vamos acabar com a cara de pau. Chegou nesta semana à Bahia o pessoal do DEM, que entrou no Supremo contra o Mais Médicos, que entrou no Supremo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Jorge Solla.

Durante o discurso do Sr. Jorge Solla, o Sr. Mauro Pereira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. JHC, 3º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Manato.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Peço o respeito dos Deputados. Vamos respeitar!

Sr. Presidente, depois daquela desastrosa exposição do Santander em Porto Alegre, com imagens nada adequadas para crianças, agora somos surpreendidos com mais uma aberração intitulada de arte, e o pior, financiada com dinheiro público. Na semana passada, numa exposição do Museu de Arte Moderna, em São Paulo, um artista resolveu fazer uma leitura interativa da obra *Bicho*, de Lygia Clark, e ficou nu, completamente nu, para que os visitantes pudessem apalpá-lo. Na plateia estava uma menina inocente de 4 anos. Como se não bastasse o absurdo de ela assistir a essa cena, ela ainda participou, e junto com a mãe tocou o corpo daquele homem.

O que vimos naquele vídeo, que foi amplamente divulgado nas redes sociais e em mensagens, não foi apenas um desrespeito àquela criança, não, foi um desrespeito às leis brasileiras e a todas as nossas crianças, pois, apesar de termos um estatuto que ampara a criança e o adolescente, ele foi incapaz de proteger a imagem daquela menina de apenas 4 anos, Presidente. Uma inocente!

O ECA diz que ninguém tem autorização para cometer um abuso infantil. O artigo 232 manda inclusive punir com detenção de 6 meses a 1 ano quem submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, a vexame ou a constrangimento.

Imaginem como esse vídeo circulou nas redes sociais! Imaginem como essa criança foi amplamente exposta! Isso é um constrangimento brutal que pode gerar consequências graves na mente dessa menina, e nós não podemos ignorar, nem



nos calar diante desse fato. O ECA foi desrespeitado! O Código Penal Brasileiro foi desrespeitado!

Nós esperamos que o Ministério Público faça sua parte. E, graças a Deus, diferente do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que não viu nada demais em exibir obras com imagens sexuais para crianças e até mandou voltar a exposição, o Ministério Público de São Paulo nos orgulha, pois já abriu inquérito para apurar o caso.

Nós esperamos que ele consiga fazer valer a nossa legislação, e os envolvidos sejam punidos, para que essas cenas de desrespeito jamais se repitam.

O maior bem que nós temos nas nossas vidas são nossas crianças, são nossos filhos, e ver uma cena lamentável como essa exposta para todo o Brasil é um desrespeito. Aonde nós vamos chegar? Liberdade, sim, mas libertinagem, não!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Carlos Manato.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, no dia 29, completou 22 anos a Lei nº 9.100, de 1995, que estabeleceu o mínimo de 20% de candidaturas femininas para os cargos legislativos nas eleições de 1996. A mobilização resultou da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, da ONU, na China, e da campanha Mulheres sem Medo do Poder.

Em 1997, a cota passou para 25% e, a partir de 2000, para 30%. Ainda hoje estamos sub-representadas nos Parlamentos, no Judiciário e no Executivo. Aumentar a nossa participação é um desafio também para 2018. Precisamos de mulheres afinadas com a equidade de gêneros, com a justiça social, com a redução da desigualdade e com a soberania do País.

Lugar da mulher é na política e onde mais quisermos!

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, por 1 minuto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um breve registro. Estive no Ministério do Esporte para tratar de um assunto de interesse do povo de Divinópolis.

No período da administração do Prefeito Vladimir, de Divinópolis, fizemos um pedido àquele Ministério e conseguimos recursos para a criação de um centro integral esportivo no Bairro Icaraí. Infelizmente, houve alguns atrasos e ficamos em via de perder esse recurso.

Nesta semana, nós conseguimos novamente não só a garantia de o Ministério do Esporte manter o recurso para Divinópolis, como também de a Caixa Econômica Federal tomar as providências necessárias do ponto de vista técnico para que essa obra, pela qual eu venho lutando há muito tempo, seja realizada.

Agora a Prefeitura Municipal terá apenas que dar ordem de serviço, já que tem mais de 600 mil reais na conta, e o restante do dinheiro será garantido.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao eminente Deputado Domingos Sávio.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Pereira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente JHC, primeiramente, eu já havia registrado o falecimento do nosso amigo, o músico Adelar Bertussi, mas gostaria de complementar que ele deixa a esposa, Ângela, e os filhos, Gilmar, Gilney, Adelar Júnior e Samanta. Que Deus o tenha e que console toda a sua família.

Eu gostaria também de aproveitar esta oportunidade para dizer que, no último dia 17 de setembro, aconteceu na cidade de Bento Gonçalves a escolha dos melhores vinhos da safra 2017.

Os 16 vinhos brasileiros mais representativos da safra 2017 foram conhecidos no sábado, no dia 17, na 25ª Avaliação Nacional de Vinhos, realizada em Bento Gonçalves. Dentre as bebidas destacadas, estão cinco categorias, todas de vinícolas gaúchas. Durante o evento, mais de 850 pessoas degustaram os produtos que devem chegar ao mercado ainda neste ano.

Este ano, 59 vinícolas inscreveram 327 amostras na avaliação. Ao todo, 118 enólogos participaram do processo seletivo, entre eles enólogos brasileiros e internacionais.

Nós brasileiros, muitas vezes, menosprezamos os nossos produtos, não damos o valor que eles merecem. Mas tenho orgulho de dizer que os vinhos produzidos no nosso País, em especial na Serra Gaúcha, foram premiados nesse concurso internacional. O quinto melhor espumante do mundo é da Serra Gaúcha, da vinícola Casa Perini. Também foram escolhidos os espumantes da Vinícola Garibaldi e de outras vinícolas. Também foi premiada a vinícola Perini no dia 17; a



Don Guerino, Vinhos e Espumantes, a Casa Valduga; a Cooperativa Vinícola Aurora, entre outras.

É muito importante que nós Deputados e Deputadas, sempre que pudermos, incentivemos a sociedade brasileira a comprar os vinhos e produtos nacionais, produzidos em Santa Catarina, no Vale do São Francisco. Vamos prestigiar os nossos produtos nacionais porque são de ótima qualidade, tanto os vinhos quanto os espumantes, inclusive os espumantes o nosso suco de uva já são considerados os melhores do mundo.

Sr. Presidente, quero parabenizar todo o setor vitivinícola, os nossos produtores, as nossas cantinas por esse mérito. O Brasil tem os melhores vinhos do mundo, escolhidos em concurso internacional. Isso é motivo de orgulho para todos nós brasileiros.

Aproveito ainda o tempo que me resta para dizer que estamos vivendo um momento muito importante de retomada do crescimento do nosso País. Graças a Deus! Nós temos que parabenizar todos os nossos Ministros pelo trabalho.

O nosso Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, incansável na venda dos nossos produtos, esteve também agora no Peru, na Bolívia, na Alemanha, na Rússia, para negociar a abertura de mercado e mostrar a qualidade dos nossos produtos. Também está em viagem internacional à Bélgica e à Holanda o nosso Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, procurando fazer negócio, mostrando a importância dos investimentos aqui no nosso País.

Tudo isso está resultando num momento positivo, graças a Deus! Os juros e a inflação estão caindo e os empregos estão voltando. É o quinto mês consecutivo em que nós temos uma boa geração de emprego. Isso é muito importante.



Essas as informações que quero compartilhar com Deputados e Senadores, com aqueles que, há 1 ano e meio, vêm procurando ajudar o Governo, a equipe econômica, o Ministro Henrique Meirelles, o Ministro Dyogo Oliveira, todos os servidores, com votações importantes, para mostrar ao mundo que o Brasil, além de ser um país extenso, com um povo trabalhador, bom de coração, tem segurança jurídica e é bom para investir. Os investidores estão voltando, estão chegando, o que de extrema importância para nós que queremos o melhor para o nosso País.

No campo político, quando fui Vereador da cidade de Caxias do Sul, em 2014, fiz uma moção de repúdio — em 2014! —, aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores, contra o Datafolha e o IBOPE.

O Datafolha e o IBOPE tinham a capacidade de, numa eleição municipal em Caxias de Sul, errar na boca de urna em 24 pontos, 2 dias antes da eleição. O Datafolha teve a capacidade de errar, numa eleição para Governador, em 25 pontos, e para Senador também, sempre apoiando quem estava no Governo.

Estou dizendo isso para nós, Deputados e Deputadas, pessoas inteligentes, porque esses institutos de pesquisa, como o IBOPE e o Datafolha, colocam o número de quem pede e paga a conta. Acho que dizem assim: *“Vocês querem que eu coloque quanto aí?”* *“Ah, coloca 80 para um, 50 para outro”*. É isso que esses institutos fazem.

Eu fiz essa moção de repúdio, que foi encaminhada para todos os Deputados aqui na época e para o Tribunal Superior. É uma pouca vergonha como esses institutos de pesquisa trabalham no dia de hoje. É uma pouca vergonha, senhores do IBOPE, senhores do Datafolha! Os senhores são incompetentes!



Quem acredita num instituto de pesquisa como o Datafolha e o IBOPE só pode ter cheirado 1 quilo de cocaína. É preciso estar bem louco para acreditar nesse povo, Deputado José Carlos Aleluia. É um povo que não tem credibilidade nenhuma. É um povo desequilibrado. É um povo que pensa que a sociedade brasileira é um amontoado de idiotas. Não é!

Em Caxias do Sul, nós demos o troco. No Rio Grande do Sul, nós demos o troco. Eles diziam que íamos perder com 25 pontos atrás, e nós ganhávamos a eleição. Eles diziam que íamos perder com mais 25, e nós ganhávamos de novo. Por quê? Porque eles são incompetentes. Eles não sabem o que fazem. São um amontoado de pessoas incompetentes e mal-intencionadas. Isso que é o IBOPE e o Datafolha.

Eu ouvi aqui um Deputado do PT chamando os peemedebistas de um nome que eu não vou nem dizer. Digo, com toda a tranquilidade, que nós do PMDB respeitamos a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Supremo Tribunal Federal. Eles cumprem com as suas obrigações. Acredito que todos nós deveríamos pensar assim. Mas não.

O Lula recebeu uma condenação e ainda tem mais sete ações em andamento. É um escândalo atrás do outro. Há diversos petistas presos. E eles ainda veem aqui falar de um jeito como se tivessem caído de Marte nesta Casa.

Não adianta! A sociedade brasileira conhece vocês até pelo jeito de andar. Vocês não enganam mais ninguém! Vocês não enganam mais ninguém! E ainda nos chamam de “quadrilheiros”!

Não digo isso de todos os petistas, porque há petistas bons. Há alguns petistas que são bons e merecem o nosso respeito, mas há alguns que chegam aqui



e dizem coisas achando que o povo é idiota. Não é! O povo conhece vocês muito bem.

Eu quero dizer uma coisa com toda sinceridade: nós do PMDB queremos justiça. E a primeira justiça é a justiça social, com emprego para as pessoas, gente trabalhando, indústria trabalhando. Nós queremos que tudo vá bem no nosso País, nós queremos um País melhor para a sociedade brasileira.

Por isso, nós vamos trabalhar para que o Presidente Temer termine o mandato. Depois que ele terminar o mandato, ele vai ter a oportunidade de se defender, porque nenhum processo do Presidente Temer será arquivado. Do contrário, depois que ele terminar o seu mandato, vai poder se defender. Mas uma coisa é certa: agora é o momento de trabalhar, o momento de salvar a economia e de fazer com que o Brasil vá para frente.

Não tenho dúvida nenhuma de que esse é o caminho. Nós temos que trabalhar, pelo bem do País, pela geração de empregos.

Não podemos trabalhar como o Partido dos Trabalhadores e como aqueles que estão junto a ele, que sempre lhe deram sustentação, que querem um Brasil derrotado, um Brasil quebrado, um Brasil para baixo. Não! O Brasil já começou a retomada do crescimento, já está gerando empregos, a inflação e os juros estão caindo, os Ministros estão trabalhando.

É isso que importa: um Brasil para frente. Os petistas que cuidem dos membros do seu partido. Muitos estão presos, outros serão presos brevemente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Gostaria de agradecer ao Deputado Mauro Pereira.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passo a palavra ao Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me dirigir especialmente aos Parlamentares de Santa Catarina aqui presentes, num dia lamentavelmente histórico.

Faço questão de não colocar a minha palavra aqui. Quero pedir que seja transcrita nos Anais da Casa a nota de pesar veiculada pelo Prof. João dos Passos Martins Neto, Professor de Direito do curso de Ciências Jurídicas, que eu tive o privilégio de fazer e concluir no ano de 1970, na Universidade Federal de Santa Catarina, onde me formei e exerci o magistério até 2011.

Esta é a nota do professor da minha universidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

O Procurador-Geral do Estado vem a público manifestar profundo pesar pelo falecimento do Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo — Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina —, bem como se solidarizar com seus familiares e amigos.

A morte de Cancellier enluta Santa Catarina pela perda de um de seus filhos mais ilustres, um homem digno, de poucas posses, que devotou os últimos anos de sua rica trajetória profissional à nobre causa do ensino, da pesquisa e da extensão universitários.

A tragédia de sua partida ocorre sob condições revoltantes. As informações disponíveis indicam que Cancellier padeceu sob o abuso de autoridade, seja em relação ao decreto de prisão temporária contra si expedido, seja em relação à imposição de afastamento do exercício do mandato, causas eficientes do dano psicológico que o levaram a tirar a própria vida.



Por isso, respeitado o devido processo legal, é indispensável a apuração das responsabilidades civis, criminais e administrativas das autoridades policiais e judiciárias envolvidas.

Que o legado do Professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo seja, em meio a tantos outros bens que nos deixou, também o de ter exposto ao País a perversidade de um sistema de justiça criminal sedento de luz e fama, especializado em antecipar penas e martirizar inocentes, sob o falso pretexto de garantir a eficácia de suas investigações.

João dos Passos Martins Neto

Procurador-Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Esta Presidência transmite o seu sentimento de pesar e presta a sua solidariedade. Que Deus conforte a família enlutada.

Agradeço ao Deputado Esperidião Amin.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Aleluia, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de usar a tribuna para falar dos feitos dos produtores rurais e da agropecuária da Bahia, assim como fez o Deputado Mauro Pereira, que falou dos feitos da indústria, da agricultura, dos negócios agrícolas e do vinho do Rio Grande do Sul.

Depois de, ao lado do Deputado Mauro Pereira, na China, ouvir do homem mais poderoso do mundo, o Presidente Xi Jinping, elogios rasgados à carne brasileira e à produção de carne brasileira, além da confissão de que é um fã do churrasco do nosso País, infelizmente eu sou obrigado a vir à tribuna para trazer coisas tristes.

Eu peço especial atenção ao meu amigo Deputado Adilton Sachettii, que está no plenário. Peço a atenção de V.Exa., que, para mim, é um dos símbolos do agronegócio no Brasil.

Tenho a honra de representar o povo e a força econômica de Itapetinga. A cidade está sofrendo com os problemas da indústria do calçado e com os problemas do clima. Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o apaziguamento, no mínimo — para não dizer omissão —, do Governador Rui Costa, do PT, nas últimas madrugadas, nove propriedades rurais foram invadidas por milícias fortemente armadas, que estão saqueando, roubando e amedrontando as pessoas.

Foram invadidas as propriedades dos Srs. Renato Teixeira, Dilson Ribeiro, Moisés Brito, Osmar, Zezeu Maciel, Carmen Maciel, Victor, Salvador Brito e dos herdeiros de Alfredo Ferraz.



Fui procurado pelo Vice-Prefeito Renan, meu amigo, que está empenhadíssimo na retomada da paz em Itapetinga e em Potiraguá. Infelizmente, o Governador Rui Costa está se omitindo, ordenando às forças policiais que deixem acontecer as invasões, as ameaças e os saques promovidos por milícias fortemente armadas. O que fez o Governo de Rui Costa, do PT, foi desarmar os fazendeiros, desarmar as pessoas e armar os bandoleiros. Itapetinga está invadida por bandoleiros, Rui Costa! Além de não dar segurança ao povo da Bahia, você não está dando segurança a quem produz o alimento para o povo do Estado.

Quero me solidarizar com o meu amigo Renan, Vice-Prefeito, e com o jovem Prefeito Rodrigo Hagge, que está vindo a Brasília em busca de socorro do Ministério da Justiça. Eu espero que a Justiça determine a imediata reintegração da posse. Se o Governador Rui Costa, do PT, fizer como sempre faz e não cumprir a ordem judicial, nós iremos pedir à Força Nacional que execute as ordens da Justiça.

Itapetinga e a Bahia não podem sofrer mais do que têm sofrido. Será que o Governador está querendo colocar fogo no campo na região de Itapetinga? Tenho recomendado aos meus amigos — inclusive recebi uma ligação de Sérgio de Deus, um grande amigo meu, que também é proprietário de terra naquele local — que é melhor não estabelecer conflitos, mas o Estado tem que ocupar o seu papel. Eu espero que o Estado ocupe o seu papel, para que o Brasil continue produzindo.

Rui Costa, seu Governo vai mal, mas não precisa deixar que se implante na Bahia um clima de terror que impeça os baianos de continuarem produzindo!

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado José Carlos Aleluia.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo 1 minuto ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, juntamente com o Deputado Esperidião Amin eu queria registrar, com pesar, o falecimento de Luiz Carlos Cancellier, nosso reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Eu tive o prazer de conviver com essa figura ilustre, homem digno, jornalista, advogado que fez um trabalho espetacular de limpeza ideológica na Universidade Federal de Santa Catarina, colocando-a nos trilhos, fazendo um trabalho brilhante.

Infelizmente, a falta de cuidado do Ministério Público e da polícia fez com que um homem de bem praticasse um ato lamentável, tirando sua vida.

Queria deixar registrado aqui que Santa Catarina chora por Luiz Carlos Cancellier, porque é um homem de bem, sim, e que nós temos que ter mais cuidado com as pessoas, com as notícias. Por ser um homem de bem, a depressão em que ele entrou quando foi preso — e depois liberado por não ter sido encontrado nada contra ele — fez com que ele tomasse a decisão de tirar a própria vida, o que nós aqui lamentamos.

Ele com certeza deixou uma lacuna grande no ensino superior de Santa Catarina. Era uma pessoa que fez o seu trabalho, que tem uma história de vida. Foi escritor de livros, trabalhou inclusive no Senado Federal junto com o Senador Nelson Wedekin, um grande Senador da República.

Enfim, uma pessoa sem posse nenhuma acabou sendo prejudgada pela imprensa, pela Justiça de Santa Catarina — o Ministério Público e a polícia —, que não teve o cuidado de fazer com que se investigasse primeiro a culpa para depois



divulgar. Isso levou a um estado depressivo Luiz Carlos Cancellier, que, infelizmente, tirou a própria vida. Nós lamentamos.

Pedimos aqui a todos aqueles que exercem a lei, que têm poder neste País, que tomem mais cuidado.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero falar um pouco sobre desigualdade.

Quero começar pela desigualdade mundial. Um estudo da ONG britânica Oxfam, uma instituição internacional, fala que no mundo há 700 milhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia, enquanto apenas oito pessoas têm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população do planeta.

O nosso Brasil, então, bateu recordes! Aqui no País, as seis pessoas mais ricas possuem a riqueza equivalente a cem milhões de pessoas, ou seja, os 5% mais ricos detêm 95% da riqueza brasileira — os 5% mais ricos. Esse é o retrato do Brasil.

A política pública que nós votamos aqui no Governo Temer estabeleceu um teto de gastos por 20 anos, o que simplesmente achata o gasto com saúde, educação, moradia, transporte público, etc. Foi isso o que nós votamos.

Nós votamos a precarização do trabalho e o aumento das jornadas, através da reforma trabalhista, através da terceirização. Nós iríamos votar — ainda bem que não votamos. Espero que haja uma rebelião popular — uma PEC para acabar com a aposentadoria do povo pobre brasileiro. Eu estou falando do povo pobre! Achar que um trabalhador vai trabalhar por 25 anos seguidos com carteira assinada e vai se aposentar, num País que tem a informalidade e o desemprego de 14 milhões de pessoas que nós temos, é uma perversidade.

É por isso que aqui nós falamos da reforma tributária progressiva para os mais ricos, uma reforma tributária que vai taxar as grandes fortunas, as grandes



propriedades, as grandes heranças. Não haverá uma diminuição da desigualdade social se nós não cortarmos no topo do nosso País.

Em países da própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE, o que mais se taxa são as grandes heranças, as grandes fortunas, e a taxa do Imposto de Renda vai a até 50%. Aqui o máximo é 27,5%.

Por isso, Sr. Presidente, a verdade é a seguinte: um País que tem a maior taxa de juros do mundo, em que se pratica esta corrupção que nós vemos todos os dias nos jornais e que mantém no poder um corrupto como o Temer não fala em combater a desigualdade, fala em concentrar a renda, a terra, a riqueza e o poder.

Está aqui a manchete do jornal *O Globo* de hoje, dizendo que, se for colocada escola gratuita para todo brasileiro, principalmente nos ensinos fundamental e médio, haverá um combate brutal à desigualdade social. Se nós aumentarmos em 2 horas a jornada de trabalho, o Brasil vai alcançar 20% em todos os índices internacionais que medem a qualidade da educação.

Aqui não se quer combater a desigualdade. Aqui se aumenta a desigualdade. O Governo golpista é o...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no mundo, mais de 700 milhões de pessoas vivem com menos de US\$1,90 por dia, enquanto apenas oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população. Mas, no Brasil, a situação é ainda pior: apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos cem milhões de brasileiros mais pobres, e os 5% mais ricos detêm a



mesma fatia de renda que os demais 95% da população. Para se ter uma ideia do cenário de desigualdade extrema que vivemos em nosso País, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês.

Esses dados fazem parte de um relatório lançado pela ONG britânica Oxfam sobre a desigualdade social no Brasil intitulado *A distância que nos une*. As informações chamam a atenção para a necessidade urgente do debate público e da busca de soluções para a redução desse cenário lastimável em que vivemos, dessa verdadeira chaga suportada pelos mais pobres. A própria desigualdade é uma forma de violência e um crime contra a humanidade.

Os dados se tornam ainda mais alarmantes se considerarmos o cenário de retrocesso nos direitos sociais que estamos vivendo no último período no País, como os constantes cortes no orçamento para as áreas básicas de saúde, educação, moradia, segurança pública. A mudança constitucional com a imposição do teto de gastos por 20 anos engessa os investimentos sociais para pagar juros da dívida pública.

Mudanças na legislação como a reforma trabalhista deixam o trabalhador completamente à mercê da negociação com os patrões, num quadro de desemprego e crise econômica. A terceirização da mão de obra comprovadamente impõe salários mais baixos, maior jornada de trabalho e aumento nos riscos de acidentes.

Há, ainda, a ameaça de uma reforma da Previdência, que tornará quase impossível para uma parcela considerável da população o acesso à aposentadoria ou à Seguridade Social básica.



Enfim, há um conjunto de medidas que aumenta ainda mais o fosso entre mais ricos e os mais pobres, contribuindo para uma maior concentração de renda na mão dos que já detêm cifras estratosféricas.

Outro diagnóstico presente no estudo é que, mesmo com a consolidação de políticas públicas após a Constituição de 1988, quando se iniciou uma trajetória de redução de desigualdades, não foi enfrentado estruturalmente o problema da concentração de renda e patrimônio no topo da pirâmide. Mais acesso a serviços básicos de saúde e educação significou um grande passo para a redução da pobreza, mas não necessariamente para a redução da distância entre os mais ricos e os mais pobres.

Isso se explica em grande medida devido ao nosso sistema tributário altamente regressivo, que onera demasiadamente os mais pobres e a classe média, por meio de uma alta carga de impostos indiretos e na folha de pagamento e pela ausência de progressividade no imposto sobre a renda dos mais ricos. Isso sem contar a sonegação e a ausência de tributação sobre o lucro, diferente do que é praticado em outros países.

Some a isso tudo a corrupção e os juros extorsivos que transferem renda dos mais pobres aos mais ricos. Assim, temos o cenário de desigualdade cada vez mais alarmante que vivemos no Brasil.

Apesar dos avanços para a redução da pobreza, com políticas como o Bolsa Família e a valorização real do salário mínimo, a desigualdade no Brasil não diminuiu, como comprovam também outros estudos, além do relatório da Oxfam.

No Brasil, os ricos simplesmente não declaram o patrimônio real, não respondem às pesquisas e não são alcançados em muitas das suas operações.



Segundo o estudo da Oxfam, entre 2000 e 2016, o número de bilionários brasileiros aumentou de 10 para 31. Mais da metade dos bilionários herdou patrimônio da família, sem nenhuma ação do Estado brasileiro para desconcentrar a riqueza, diferente de sistemas mais progressivos, como os vistos em países da OCDE, que tem forte incidência na transferência de heranças.

Outro dado alarmante do estudo é que as estimativas para os próximos anos a respeito da pobreza são muito ruins para o Brasil. Segundo o Banco Mundial, só em 2017, até 3,6 milhões de pessoas devem cair outra vez na pobreza.

A questão central é como nós saímos disso. A resposta já foi dada, em parte, pelo avanço das políticas sociais após a Constituição, que infelizmente sofreu uma forte regressão nos últimos anos. É preciso aumentar a oferta de políticas públicas básicas, gratuitas e de qualidade; mas, principalmente, é preciso uma transformação estrutural no sistema tributário brasileiro, mudando o seu caráter regressivo para progressivo, incidindo sobre os mais ricos ao invés de ser sobre os mais pobres, ou seja, diminuindo a incidência sobre o consumo, o que onera mais os mais pobres. Tem que haver uma escala progressiva em relação aos salários e a criação de impostos que taxem as grandes fortunas, as grandes propriedades, as heranças, ou seja, que atinjam o topo da pirâmide, promovendo, de fato, uma desconcentração de renda no País.

Essa é uma luta constante e fundamental no nosso País. Precisamos de um programa que tenha reforma agrária, reforma tributária, políticas sociais básicas e justiça fiscal para todo o povo brasileiro. É só desconcentrando a renda e caminhando no sentido do fim da desigualdade social que nós conseguiremos construir uma verdadeira democracia no nosso País.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olímpio, por 1 minuto.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (SD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na quinta-feira, em uma entrevista com o pré-candidato à Presidência da República, o Governador de São Paulo Geraldo “Malckmin” disse que os militares federais — os policiais militares — são os grandes responsáveis pelos buracos da Previdência e que, para tirar os militares, tiraram os policiais militares, e daí tiraram os policiais civis e federais, os agentes penitenciários e agentes de escolta, dizendo: *“Se eleito Presidente, eu vou arrebentar e botar esse povo onde ele tem que estar”*.

Estou dando este alerta a mais de 2 milhões de militares brasileiros, policiais civis, militares, federais, funcionários do sistema prisional. Estou dizendo quem é o maldito Alckmin, esse homem maldito que hoje está em Brasília. Eu ainda o procurei para ver se o encontrava aqui para dizer na cara dele — assim tenho feito em todos os eventos que vou e continuarei indo: em São Paulo, os servidores da segurança pública estão há 4 anos sem reajuste de vencimentos! Esse maldito disse que vai consertar o Brasil e a Previdência, arrebentando aqueles que morrem pela população!

Digo para mais de 2 milhões de militares, de policiais, de agentes prisionais, para toda aquela esmagadora maioria deles que têm vergonha na cara: empunhem uma bandeira contra esse maldito que está destruindo a polícia de São Paulo, destruiu o sistema prisional e agora quer destruir a segurança ou o que resta de segurança no nosso País.



Não vamos parar! Ao contrário! Não tem conversa mole! Ele não tem acordo com ninguém! Ele tem a gana, ele tem a bronca, ele tem o ódio dos policiais federais, civis e militares!

Nós vamos marcá-lo até o fim! Se o “santo” da Odebrecht, como ele é chamado nas planilhas, não inviabilizar a candidatura dele, nós militares, nós policiais civis e militares, agentes prisionais, vamos multiplicar essa força e vamos dizer ao Brasil todo: Não a Geraldo “Malckmin”! Não é Alckmin, é “Malckmin”! PSDB em São Paulo significa “Pior Salário Do Brasil”! São os servidores mais mal pagos!

Estou dizendo ao Brasil: acordem! A cara de médico bonzinho é a encarnação do mal! É o responsável pelas mortes dos policiais!

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Major Olimpio.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário, por 1 minuto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, manifesto o meu apoio incondicional à categoria dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, através dos trabalhadores em educação, do magistério gaúcho e dos trabalhadores das escolas, o meu sindicato, o CPERS Sindicato.

Manifesto também o meu apoio aos servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e aos trabalhadores em educação do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, ambas as categorias estão em greve.

No Estado do Rio Grande do Sul, o parcelamento dos salários tem desvalorizado enormemente a carreira dos educadores e dos trabalhadores em educação. Para se ter ideia, no mês passado, chegou a ser paga uma parcela de 350 reais como salário de um professor e uma professora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há diálogo por parte do Governo gaúcho com os trabalhadores de educação. A ameaça grande é de fechamento de turmas. Mais de 2 mil turmas de jovens e adultos foram fechadas. Houve uma redução de recursos na educação do Estado da ordem de 63%, entre o ano de 2014 e 2016. A educação agoniza no Estado do Rio Grande do Sul com o Governo Sartori.

O mesmo ocorre nas escolas, nas repartições públicas e nos serviços públicos de Porto Alegre com o Governo Marchezan. Parece que o Rio Grande, com a Prefeitura de Porto Alegre, dirigida pelo PSDB, e pelo Governo do Estado do PMDB, caminha para trás em áreas como educação, saúde e assistência. Eles não



dão qualquer explicação à população que fica sem os serviços, porque são aliados do Governo Temer.

Faço a minha crítica e digo que estou ao lado dos servidores públicos.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC) (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, assim como os meus colegas catarinenses, quero manifestar a minha solidariedade à Universidade Federal de Santa Catarina e aos familiares e amigos do Magnífico Reitor Cancellier.

Quero dizer aqui, com indignação ética e política, que não é mais possível a sociedade assistir a condenações sem investigação. Houve uma condenação com o espetáculo da mídia, com a prisão, com o afastamento da reitoria, com o impedimento de visita à sua própria universidade. Se já condenaram, então não precisa mais investigar! Essa foi mais uma vítima do punitivismo, mais uma vítima dessa espetacularização do mundo da política, das instituições públicas e de suas lideranças.

Investiguem! Se houver prova, condenem! Investiguem! Se não houver prova, inocentem! Não é possível condenar sem prova. Nós queremos manifestar aqui a nossa solidariedade e também a nossa indignação.

Neste momento, vem à memória a história de uma mãe, de uma avó, de uma esposa que, no seu sofrimento, também foi uma vítima da perseguição política: a Marisa. Hoje vemos isso ocorrer também com o reitor. Por isso, reafirmo a solidariedade de todos os reitores do País a Santa Catarina e à nossa universidade.

Vamos separar as coisas. Basta de espetáculo! Basta de julgamento antes da investigação! Basta de fazer com que a Lava-Jato se transforme num Estado policial. Hoje se instalou um Estado policial neste País.

Basta!

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Pedro Uczai.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Missionário José Olímpio.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para relatar os fatos ocorridos recentemente com o Santander, no Rio Grande do Sul, que usou dinheiro público para fazer aquele tipo de exposição, e que agora está acontecendo no Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Eu, como Deputado Federal, que faço parte da Frente Parlamentar Evangélica, não poderia deixar de vir a esta tribuna para dizer que não podemos confundir liberdade com libertinagem. Nós temos, sim, que preservar a família.

Onde já se viu crianças serem expostas daquela forma, Deputado Mauro Pereira? A família está sempre em primeiro lugar. Mas hoje estão confundindo os valores, deixando a sociedade realmente ir para o buraco. Não podemos aceitar isso.

Nós, Parlamentares, defensores da sociedade, da família, não poderíamos deixar de vir a esta tribuna para dizer que vamos lutar com nossos companheiros para que isso não continue acontecendo.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa e divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em Minas Gerais, desde janeiro de 2016, o Governo do Estado passou a parcelar e a atrasar o pagamento dos salários do conjunto dos servidores. E eu quero deixar registrado para a nossa bancada federal, para todas as autoridades, o clima de tensão que está se instalando nos nossos quartéis, nas delegacias do Estado, no setor de segurança pública. As pessoas não estão conseguindo pagar suas contas em dia. Quem tem crédito consignado não está podendo renegociar os contratos.

Não houve ainda paralisação dos serviços. A Polícia Militar está trabalhando. O Corpo de Bombeiros está trabalhando. Mas quero deixar registrada a nossa preocupação com o clima de tensão que está se instalando nos quartéis da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra à Deputada Keiko Ota.

A SRA. KEIKO OTA (PSB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos no mês de outubro, mês das crianças, mês de Nossa Senhora Aparecida e mês da prevenção ao câncer de mama.

Outubro é um mês extremamente dedicado ao amor, à devoção e aos cuidados. Na verdade, essas três razões que diferem o mês de outubro dos demais são apenas uma forma de fortalecer e ressaltar a nossa obrigação de cuidar das nossas crianças e protegê-las, de ter fé e esperança e, principalmente, de cuidar do nosso corpo e mente durante todo o ano.

É nosso dever como Parlamentares fixar as bases da organização de proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Não queremos continuar vivendo em um mundo com todas essas mazelas. E para isso é nossa obrigação oferecer a esta futura geração condições para, no mínimo, serem pessoas melhores que nós.

Mas também quero falar sobre o mal do século, Sr. Presidente, sobre o câncer de mama e seus números, que, infelizmente, crescem no Brasil.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, o câncer é a segunda causa de morte no mundo e a estimativa aponta para a ocorrência de cerca de 600 mil novos casos da doença no Brasil em 2016 e 2017, dos quais 60 mil serão em mulheres, cada vez mais jovens.

Gente, um toque pode salvar a sua vida. O autoexame é a principal arma para que se tenha um diagnóstico cedo, o que aumenta as chances de cura, pois, descoberta no início, a doença tem 95% de chance de cura total.



E vale ressaltar que, desde 2012, existe a lei dos 60 dias, Lei nº 12.732, que dá ao paciente com câncer o direito de fazer o primeiro tratamento no SUS no prazo de até 60 dias, contados a partir do dia em que for diagnosticada a doença.

Cuidar da nossa saúde física e mental é o mais puro ato de amor por nós e por quem nos ama. Então, vamos nos valorizar e nos amar.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a minha indignação com o contínuo problema dos salários dos servidores do Estado do Rio de Janeiro.

Nós batalhamos 8 meses para conseguir aprovar a lei de reestruturação das dívidas dos Estados. Faz quase 1 mês que o Estado do Rio de Janeiro assinou o acordo com o Governo Federal, mas a situação dos servidores da UEZO, da UENF e da UERJ continua a mesma: mais de 2 meses de salários atrasados. Os servidores da FAETEC vivem uma situação esdrúxula, que não faz sentido, porque metade dos servidores está com seus salários de julho pagos — em agosto foram pagos 58% com verbas do FUNDEB — e a outra metade não recebeu o salário de julho, de agosto, além dos terceirizados, que continuam com 4 meses de salários atrasados.

É importante que o Governo Federal, a Receita Federal e o Governo do Estado resolvam as suas pendências para conseguir colocar em dia os salários desses servidores. Presto a minha solidariedade a essas categorias e o meu apoio à greve que estão realizando.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) (Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero fazer dois registros.

Primeiro, registro o lançamento, hoje, no Clube de Engenharia, da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional. Importantes figuras, autoridades, representantes de movimentos sociais e de sindicatos, Parlamentares lá estiveram, unindo forças para que nós possamos, através dessa Frente, unificar o debate, o discurso em torno da soberania nacional, que nós acreditamos estar ameaçada pelas políticas que vem implementando o Governo Temer.

O outro registro é sobre um ato que está sendo realizado neste momento, no Rio de Janeiro, pelos atingidos por barragens, e já reúne mais de 5 mil pessoas. Este é um ato que se faz em defesa da soberania nacional, do interesse público e também em defesa das pessoas atingidas por barragens.

E amanhã, Sr. Presidente, nós veremos a continuidade desses atos, quando, na comemoração dos 70 anos da nossa PETROBRAS, iremos parar o Rio de Janeiro para fazer uma caminhada em defesa desse grande patrimônio do nosso País. Não permitiremos que ela seja vendida a preço de banana. Aliás, não permitiremos que ela seja vendida! E já estão sucateando a PETROBRAS nesse processo de esvaziamento das nossas instituições.

Eu queria muito fazer este registro, Sr. Presidente. Peço divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Para delimitar uma ordem de oradores, informo que vou conceder a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, ao Deputado Nelson Pellegrino, ao Deputado Daniel Almeida e, depois, seguiremos a sequência de inscritos.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Tem que haver uma ordem, não é, Sr. Presidente? Eu estou aqui há muito tempo e estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Eu estou concedendo...

O SR. DANIEL ALMEIDA - Não está havendo ordem. V.Exa. está passando a palavra aqui de acordo com o critério de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Eu estou concedendo a palavra, Deputado Daniel Almeida, realmente, de forma discricionária.

O SR. DANIEL ALMEIDA - O Deputado Luiz Sérgio está na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Se quiserem, podemos voltar para a lista das Breves Comunicações e começar a chamar os Parlamentares inscritos.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Seria melhor, Sr. Presidente. Eu já tinha falado com V.Exa. que adotasse esse critério.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tudo bem. Se V.Exa. abre mão, eu vou passar a palavra para outro colega.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em Angra dos Reis foi criado o movimento União pelo Emprego, que envolve sindicatos, principalmente o sindicato dos metalúrgicos, e associações de trabalhadores. Os Municípios vizinhos a Angra dos Reis — Parati, Rio Claro e Mangaratiba — também estão se mobilizando para participar de um grande movimento no sábado, dia 7, às 9 horas da manhã, com um ato ecumênico em frente ao Estaleiro BRASFELS.

Aquela unidade industrial tinha 12 mil trabalhadores; hoje tem 2.800. Se nada for resolvido em relação às obras da PETROBRAS que estão paralisadas, nós vamos começar o ano com apenas 400 trabalhadores naquela empresa. Isso é inaceitável. Isso gera o caos na cidade de Angra dos Reis, gera o caos nos Municípios vizinhos. Então, a PETROBRAS tem demanda e não pode fazer essas obras na China e em Singapura, desempregando a família metalúrgica em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e em outros locais no Brasil.

Por isso, esse movimento será um grande grito de socorro. O Governo Temer tem instrumentos para solucionar essa crise, porque há demanda na PETROBRAS. Ela está contratando e pode contratar no Brasil, gerando aquilo que o povo brasileiro necessita e quer, ou seja, emprego.

Nós estaremos lá. Daremos todo o apoio a esse movimento e a esse grito pelo emprego, pela dignidade e pelo salário.

Esperamos que a PETROBRAS resolva esse impasse em relação às obras que estão paralisadas e que o Governo Michel Temer retome a política de conteúdo local para assegurar emprego à família metalúrgica brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, peço ao Deputado Nelson Pellegrino que me permita falar, porque V.Exa. está tendo um critério discriminatório.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Pois não. Tudo bem.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Eu estava inscrito para falar, mas V.Exa. não seguiu a ordem das inscrições e está discriminando.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O papel está na minha mão. V.Exa. viu o papel, por acaso?

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, V.Exa. pode dar a palavra antes ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O papel está na minha mão. Eu que fiz a inscrição. Como é que V.Exa. quer saber mais do que eu, que fiz a inscrição?

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, V.Exa. pode dar a palavra antes ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Eu estou esperando aqui.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, V.Exa. pode dar a palavra primeiro ao Deputado Daniel Almeida.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Eu estou ajudando na dinâmica para democratizar o acesso aos microfones a todos os Parlamentares. Por isso, estou dando 2 minutos a cada Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.



O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Com revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha solidariedade, parabenizando a categoria rodoviária da Bahia pela eleição da Chapa 1, Unidos Somos Mais Fortes.

Em nome do Vereador de Salvador, Helio Ferreira, quero parabenizar todos os rodoviários. Foi uma vitória consagrada: dos quase 7 mil associados, 6.500 votaram nessa chapa. Isso revela o reconhecimento de um trabalho exitoso, de um trabalho profícuo, de um trabalho de representação que a categoria reconhece na sua diretoria, e também pelas conquistas ao longo das batalhas desses últimos anos.

Não só temos esses êxitos, como temos muitas outras bandeiras que os rodoviários levantam. Inclusive uma delas está relacionada com o direito de ter acesso à gratuidade no metrô. Eles já têm acesso à gratuidade no transporte intermunicipal, no transporte municipal. Agora, cobramos do Governo do Estado a gratuidade para o acesso ao Metrô.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, o meu pronunciamento é para parabenizar o Sindicato dos Rodoviários da Bahia e toda a categoria pela reeleição da sua diretoria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Sindicato dos Rodoviários da Bahia e toda a categoria pela reeleição do Presidente Helio Ferreira e da equipe que compõe a Chapa 1 Unidos Somos Mais Fortes, ocorrida por meio de uma votação tranquila nos dias 25, 26 e 27 de setembro.

Na ocasião, cerca de 7 mil rodoviários foram às urnas. Desse total, 6.552 deram mais um voto de confiança à atual gestão e confirmaram o bom trabalho que



Helio Ferreira, que também é Vereador de Salvador pelo PCdoB, está fazendo em prol desses trabalhadores.

Além das campanhas salariais, uma das melhores do Brasil, o mandato de Helio tem sido marcado por conquistas históricas, como o *ticket* refeição nas férias, implantação da participação nos lucros e resultados, gratificação do carnaval e retorno do quinquênio. Seu trabalho também é caracterizado por uma forte atuação na base, evitando conflitos, perseguições, suspensões e demissões injustas.

Helio também tem trabalhado muito pelos rodoviários na Câmara Municipal de Salvador. Exemplo disso são os seus projetos em tramitação na Casa, entre eles o que cobra a criação do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana; a iluminação especial nos pontos de ônibus, a fim de combater assaltos; a prioridade da categoria em campanhas de vacinação; sanitários nos pontos e terminais de ônibus; módulo de conforto e o projeto que proíbe as empresas de utilizarem a mão de obra do trabalhador em dupla função de motorista e cobrador.

Com uma diretoria atuante, a nova gestão possui ainda um grande desafio, que é lutar para impedir a retirada de direitos, tanto por meio do setor patronal como através do Governo ilegítimo de Michel Temer, que está promovendo um verdadeiro desmonte da CLT e dos direitos trabalhistas.

Quero lembrar aqui, Sras. e Srs. Deputados, que outro grande desafio da diretoria recém reeleita é conquistar o direito à gratuidade no metrô, que injustamente ainda não foi resolvido entre Prefeitura, Estado e consórcio que opera o sistema, e a garantia, por parte das empresas, da manutenção dos postos de cobradores nas linhas de ônibus da cidade.



Esses profissionais operam todo o sistema de transporte da cidade, laboram em um ambiente de trabalho insalubre, expostos a altas temperaturas e ao trânsito caótico da cidade, e não têm garantido o acesso gratuito ao metrô da cidade.

A Chapa 1 contou com o apoio de várias entidades sindicais, entre elas: a Central de Trabalhadores do Brasil (CTB), Federação Nordeste de Sindicatos dos Trabalhadores em Transporte e Trânsito (FENSTTT), Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte e Logística (CNTTL), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical.

Parabenizamos a categoria, Helio Ferreira e toda a equipe. Desejamos sucesso nessa nova fase e que continuem firme na luta por ampliação dos direitos e contra qualquer tipo de injustiça. Sindicatos fortes são fundamentais para o enfrentamento a toda e qualquer tentativa de retirada de direitos.

Quero aqui ainda reafirmar o nosso compromisso de estar sempre à disposição para que possamos avançar sempre nas conquistas e preservação de direitos.

É o que tenho a dizer.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu queria protestar contra a decisão da Direção Nacional dos Correios de fechar 1.800 agências do Banco Postal.

Lamentavelmente, o TST considerou abusiva a greve dos funcionários dos Correios. Mas precisa haver negociação.

Eu me encontrei com o Presidente dos Correios, semana passada, e, amanhã, vou apresentar requerimento propondo que esta Casa intermedeie uma negociação entre a Direção Nacional dos Correios e os seus funcionários, que estão em sua data-base e até agora não obtiveram uma proposta da empresa.

Sr. Presidente, eu queria comentar também a fala de um Deputado que me antecedeu sobre a Bahia, dizendo que na Bahia não há Governo. Eu quero dizer a esse Deputado que na Bahia há Governo, sim. O Governo Rui Costa tem fortalecido a segurança pública no nosso Estado, tem fortalecido a Polícia Militar, a Polícia Civil, diferentemente da época em que o DEM governou a Bahia, quando os policiais não tinham salário — nós estamos pagando as gratificações que não foram pagas no Governo do DEM —, não tinham armamentos, não tinham viaturas a contento — as viaturas que havia eram precárias — e não tinham colete. O Governo Rui Costa providenciou armamentos, viaturas, coletes, logística, Inteligência e organização à altura da nossa Polícia Militar. O Governo Rui Costa valoriza a nossa Polícia Militar e a nossa Polícia Civil.

O Governo da Bahia tem uma coordenação, inclusive, para fazer as ocupações por ordem judicial. É por isso que a Bahia não registrou nenhuma morte



no campo, ao contrário de Estados que são governados pelo DEM, em que temos várias mortes de trabalhadores rurais. As ocupações são feitas conforme a lei. O Governador Rui Costa governa e tem autoridade. A autoridade está sendo exercida, e a lei, cumprida.

Na Bahia há Governo, ao contrário da cidade de Salvador, onde não há Governo. E porque não há Governo em Salvador, o Governador Rui Costa tem que cuidar da saúde do Município...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Vou concluir, Sr. Presidente.

O Governador Rui Costa tem que cuidar da saúde de Salvador porque o Prefeito ACM Neto não cuida. A menor atenção do País na saúde básica é em Salvador. A maior parte do Ensino Fundamental II é bancada pelo Governo do Estado porque o Prefeito ACM Neto não banca. As encostas na cidade são feitas pelo Governador Rui Costa; todo o sistema de mobilidade está sendo feito pelo Governo do Estado: o metrô, o Veículo Leve sobre Trilhos — VLT e as avenidas. Portanto, a Bahia tem Governo, na pessoa do Governador Rui Costa, ao contrário de Salvador, que não tem um Prefeito que cuide da cidade, apesar de lá estar o Prefeito ACM Neto, do DEM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Deoclides Macedo.

O SR. DEOCLIDES MACEDO (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro importante. Nós estivemos, no último domingo, dia 1º de outubro, no Município de Campestre do Maranhão e no simpático povoado de Cabeceira Grande, próximo à destilaria de álcool Maity, onde conversamos com trabalhadores e trabalhadoras rurais, participamos da cavalgada daquele povoado e estivemos com as lideranças locais, o Prefeito Valmir Moraes, o Vice-Prefeito Mazao, os Vereadores Pastor Ademar e Domingos Oliveira.

Estivemos também com todas as lideranças, entre elas o Geovani, o Juvenal e a nossa amiga Ana, que nos recebeu muito bem. Conversamos com todos, olhamos as reais necessidades da localidade e falamos um pouco sobre o trabalho que estamos desenvolvendo.

Portanto, faço esse registro da importante visita que fizemos a Cabeceira Grande.

Sr. Presidente, pedimos a divulgação deste pronunciamento.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Antônio Jácome.

O SR. ANTÔNIO JÁCOME (PODE-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero registrar a presença neste plenário do Deputado Estadual pelo Rio Grande do Norte Jacó Jácome.

Em segundo lugar, quero parabenizar a cidade de Serrinha, no agreste potiguar, no nosso querido Estado do Rio Grande do Norte, que completa 54 anos de emancipação política. O Prefeito Deda Terto tem promovido uma semana de festividades com várias celebrações. Estive lá ontem e vi nas ruas uma multidão comemorando mais 1 ano de antecipação.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que nosso mandato vai promover, durante todo este mês do Outubro Rosa, uma programação especial para conscientizar a população sobre o câncer de mama.

Os números são estarrecedores. Mais de 50 mil mulheres são diagnosticadas todos os anos com câncer de mama no País e mais de 12 mil brasileiras perdem a vida anualmente vitimadas pelo câncer de mama.

Como Presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer nesta Casa, estamos nos articulando com as associações de mulheres mastectomizadas e também com outras instituições voltadas para a realização do Outubro Rosa.

Sr. Presidente, registro nossa preocupação quando o Ministério da Saúde mostra a subocupação de muitos mamógrafos no Brasil. Temos ainda uma demanda reprimida. Muitas mulheres vão ao posto de saúde, às unidades básicas de saúde, mas não conseguem agendar sua mamografia. Precisamos corrigir essa distorção.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui repudiar, de forma veemente, a proposta de um defensor público federal que assombrou o País. Parece que ele está vivendo na Suíça, veio passear no Rio de Janeiro e teve uma brilhante ideia, para não falar outra coisa. Ele quer que os chefes de quadrilhas que hoje cumprem pena nos presídios federais sejam transferidos para os presídios estaduais do Rio de Janeiro. Ele não deve morar no Brasil, porque essa proposta é de uma ingenuidade, para não dizer idiotice, que não tem tamanho.

O Rio de Janeiro está sob pressão, o Governo Federal enviou para lá as Forças Armadas para tentar resolver um problema gravíssimo de segurança pública, e esse defensor público presta um desserviço à população brasileira com uma proposta — não há outra palavra — idiota, imbecil.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna repudiar veementemente decisão tomada pelo Banco do Brasil de, no próximo dia 20 de outubro, acabar com as operações de câmbio nas agências bancárias no Estado do Acre, sob o esdrúxulo argumento de que, por ser um Estado de fronteira, haverá evasão de divisas e lavagem de dinheiro. E isso vai valer para todos os Estados de fronteira.

Essa decisão é um tiro contra o turismo realizado no Acre, Estado que faz fronteira com a Bolívia, com o Peru, onde é praticado, inclusive, o mototurismo, o turismo de aventura. Portanto, vai prejudicar de maneira muito forte a economia e o turismo no Estado do Acre.

Registro o meu repúdio a essa medida. Nós vamos fazer um requerimento ao Ministério da Fazenda para pedir explicações sobre essa situação especificamente, pois ela é inaceitável para um Estado que precisa fortalecer o turismo como o Estado do Acre.

Não concordamos com essa decisão. Vamos pedir que sejam tomadas as providências cabíveis para que essa decisão seja, de fato, revista.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado JHC, Sras. e Srs. Deputados, foi inaugurado no dia de hoje *campus* do Instituto Federal do Maranhão na cidade de São José de Ribamar. Estavam presentes o Ministro Mendonça Filho, o Prefeito Luís Fernando e outras autoridades, colegas nossos Deputados Federais.

A inauguração desse *campus* comprova o adágio popular: *“Um sonho sonhado sozinho é apenas um sonho, e um sonho sonhado em conjunto, sonhado por muitos, é uma realidade”*. Isso, repito, se comprova hoje com a inauguração de *campus* do Instituto Federal do Maranhão em São José de Ribamar, o IFMA de São José de Ribamar.

O *campus* ficou muito bonito, é grande e vai atender 1.200 alunos em áreas do ensino profissionalizante. Em breve vai ser ampliado, se Deus quiser. Vamos trabalhar para isso e também para levar o ensino universitário para lá, inclusive pós-graduação.

Esse que foi um sonho de muitas pessoas foi um sonho de Roseana Sarney, Governadora, que conseguiu fazer com que São José de Ribamar fosse contemplado com um *campus* de instituto federal. Naquela ocasião, por ser Município muito próximo de São Luís, a menos de 50 quilômetros de distância, isso era inviável. Ela, então, trabalhou para convencer o Ministro Fernando Haddad, e conseguiu, bem como a Presidente Dilma Rousseff.

Foi um trabalho também do Prefeito Luís Fernando, que tinha acabado de sair da Prefeitura, então Secretário da Casa Civil de Roseana Sarney, e do Prefeito da



época, Gil Cutrim, que comprou o terreno e o doou para que o *campus* fosse construído.

Várias pessoas ajudaram na realização dessa obra. Logicamente, a ideia, a força política da ocasião, foi da Governadora Roseana Sarney. Luís Fernando, por amar São José de Ribamar, por ter grande interesse em que a cidade viesse a receber o IFMA, também influenciou bastante na disposição da Governadora. Mas, logicamente, ela sempre foi pessoa muito voltada a ajudar o Município de São José de Ribamar e outros.

Então, hoje, junto com o Ministro, inauguramos esse campus. Foi uma festa muito grande. Infelizmente, o nome de Roseana Sarney não está lá, porque não foi ela que o inaugurou. Mas ela sabia que — como diz Fernando Pessoa: “*Tudo vale a pena quando a alma não é pequena*” —, mesmo não participando da inauguração, a criação de um *campus* do IFMA daria oportunidade a milhares de pessoas em São José de Ribamar.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Um abraço e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.
V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA) (Sem revisão do orador.) -
Presidente, há questões que estão acima de ideologia. Acabei de discutir um tema com um professor de educação física e coronel da Polícia Militar de Brasília, o Deputado Alberto Fraga. Temos grandes diferenças ideológicas, mas concordamos com que mulheres e homens são diferentes na área do esporte e do esforço físico.

O Coronel Hilton Benigno, da Polícia Militar do Pará, é uma pessoa por quem eu tenho respeito, e sei que tecnicamente ele sempre demonstrou ser um bom policial, mas, desde que foi empossado, ele resolveu exigir das mulheres oficiais ou praças que estão concorrendo a promoção a mesma quantidade de exercícios de barra e corrida que é exigida dos homens. Isso é totalmente absurdo e ilegal, além de uma negação de características específicas de homens e mulheres, é a negação da própria ciência.

Assim, faço um apelo ao Coronel Hilton e ao Governador do Estado, antes que o Governo seja provocado, uma vez que ações já começaram a ser protocoladas no Ministério Público do Estado para que justiça seja feita. É um absurdo a violência contra as mulheres se expressar de forma tão profunda e veemente na Polícia Militar com essa forma de discriminação e de imposição de dificuldades para o exercício profissional das policiais.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, policiais militares femininas do Pará denunciaram ao Ministério Público do Estado mudanças efetuadas pelo comando da



corporação que imprimiram a discriminação às mulheres em exames de promoção na carreira.

Na semana passada, 30 praças — soldadas, cabos e sargentas —, 2 capitães e 2 majores da PM do Pará denunciaram à Promotoria de Justiça Militar, por meio da Associação de Cabos e Soldados, que a corporação passou a exigir das mulheres o mesmo número de repetições — 12 — de exercício em barra que é exigido dos homens no teste de aptidão física, que é empregado para promoções dentro da Polícia Militar.

Antes da mudança determinada pelo então recém-empossado comandante da PM, Coronel Hilton Benigno, em maio deste ano, era exigido para as mulheres um número de repetição em barra menor do que aos homens, como acontece em outras corporações militares e das Forças Armadas, a exemplo do próprio Comando de Bombeiros Militares do Pará. O resultado foi que, na última aplicação do TAF — teste de aptidão física, realizada em agosto passado, somente homens foram selecionados para os cargos de promoção.

Para o Promotor de Justiça Militar Armando Brasil, o TAF tem que levar em conta a condição física da mulher, que é inferior à do homem. Ele notificou o comandante, que deve prestar esclarecimentos ainda esta semana, e não descarta a possibilidade de instaurar um inquérito civil para apurar o caso, o que poderá levar ao ajuizamento de uma ação civil pública, com obrigação de oferecer novo teste de aptidão física com critério ajustado para as mulheres.

É um absurdo a discriminação contra a mulher no acesso a postos superiores dentro da PM do Pará, onde são raríssimos os casos de mulheres de alta patente ou em posições de comando. Não foi a primeira vez que as militares do sexo feminino



enfrentaram problemas dentro da corporação. Em 2014, o Tenente-Coronel Sadala foi denunciado à Justiça por assediar alunas do Curso de Formação de Soldado, incluindo ameaças de usar de influência para transferir de lotação o marido de uma das vítimas, que também era militar. O processo ainda aguarda julgamento.

Se o comandante-geral da PM do Pará agiu de forma a impedir que as mulheres galguem postos superiores, essa decisão precisa ser imediatamente revista e sua responsabilidade apurada de forma transparente e célere. É cruel destruir com os sonhos de qualquer pessoa que investe na carreira na expectativa de progressão e reconhecimento.

Registo, portanto, minha irrestrita solidariedade às mulheres da Polícia Militar paraense que tiveram a coragem de lutar por seus direitos, erguendo a voz e clamando por justiça, justamente na semana em que sua instituição acaba de completar 199 anos de existência.

Conclamo a Promotoria Militar a agir mais uma vez com presteza e rigor, a fim de corrigir esse flagrante atentado aos direitos das mulheres da PM.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro. Logo após, terá a palavra o Deputado Rocha.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro. Hoje o Governador Camilo Santana lançou no Ceará, numa mobilização com a participação de mais de 4 mil pessoas, um conjunto importante de vários segmentos da sociedade cearense, o projeto Ceará 2050.

Uma das questões mais importantes hoje no campo das políticas públicas é o planejamento. No caso do Ceará, nós estamos obtendo vários indicadores importantes na educação: das 100 melhores escolas públicas do Brasil, 77 são cearenses e 24 das melhores do Brasil são cearenses. Isso é fruto de planejamento, de políticas de Estado.

Com o projeto Ceará 2050, nós podemos, a partir do presente, projetar o futuro, para que os próximos Governos do Ceará, dentro desse planejamento estratégico que está sendo pensado para os próximos 33 anos, tenham políticas de Estado. Hoje já se tornam alvos de políticas do Estado a questão da segurança hídrica e o Porto do Pecém, que já conta com uma ZPE — Zona de Processamento de Exportação e com uma siderúrgica.

Tudo isso, repito, é fruto de políticas que foram planejadas nos últimos anos. Também a segurança hídrica necessita de políticas de Estado.

Por isso, eu quero parabenizar o Governador Camilo Santana. Ao lançamento do Ceará 2050 esteve presente Beto Studart, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará — FIEC, que, a exemplo do Governo do Estado, está fazendo o planejamento das rotas do desenvolvimento estratégico do Ceará.



Portanto, nós lançamos hoje uma pedra importante para o planejamento do Estado do Ceará, pensando mais em políticas de Estado e menos em políticas de Governo.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse registrado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos iniciando o mês de outubro, e lamentavelmente a violência continua campeando pelas ruas das cidades do meu Estado do Acre, que é governado há quase 20 anos pelo PT. Isso se dá diante da incompetência do Governador, do descaso do Governo do Estado, do Secretário de Segurança.

Já nesses primeiros dias, Sr. Presidente, registramos homicídios, execuções, assaltos, diversos crimes. Cenas que estão viralizando na Internet, porque hoje as câmeras de segurança registram a ação de criminosos que agem livremente, em plena luz do dia.

E eu quero registrar que estamos buscando junto ao Ministro da Defesa e ao Ministro da Justiça socorro à população do Estado do Acre. Nós acrianos queremos ter a mesma atenção que teve a população do Rio de Janeiro. Nós vivemos num verdadeiro estado de guerra. As pessoas não têm mais segurança para transitar nas ruas.

Então, Sr. Presidente, aqui fica o meu registro, para o qual peço a divulgação nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro aqui. Cheguei agora de Santa Catarina, onde aconteceu uma tragédia hoje: o suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

É uma lástima o que aconteceu. As pessoas estão sendo julgadas antes do devido processo legal.

Esse homem dedicou a vida toda ao ensino, à cultura, à educação. Em sua escala de valores, o dinheiro estava em último lugar. Ele foi preso, não suportou esse vexame, essa violência moral a que foi submetido e se jogou do Beiramar Shopping, em Florianópolis.

Eu quero enviar o meu abraço a toda a família, esposa, filhos, para que tenham força para superar essa tragédia e me solidarizar, dizendo que ele continua sendo o Cal — esse era o apelido de Luiz Carlos Cancellier.

Querido pelos alunos, foi eleito numa eleição direta e estava fazendo um grande trabalho, quando veio a denúncia de que ele estava impedindo as investigações da Justiça. Foi preso e liberado depois, numa situação em que era apenas o caso de tê-lo chamado para prestar esclarecimentos.

Foi uma tragédia. Santa Catarina está de luto. Reitero o meu abraço a toda família, para que tenha força para superar essa tragédia que aconteceu no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Jorginho Mello.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Vou conceder a palavra à Deputada Jô Moraes e, logo após, ao Deputado Waldir Maranhão e ao Deputado Jorge Solla. Em seguida, passaremos à leitura do relatório, haja vista que o Relator já está ao meu lado.

Com a palavra a Deputada Jô Moraes.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu também queria me somar a todos e todas que expressaram sua solidariedade aos familiares do Reitor Cancellier, sobretudo a toda comunidade acadêmica de Santa Catarina. Foi um absurdo o que ocorreu, e os fatos demonstraram esse absurdo. Ele foi preso para prestar seu depoimento e solto no outro dia, o que demonstrou a irresponsabilidade de um estado policial que prefere o espetáculo à justiça.

Quero me somar à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais Superiores, que em nota se rebela contra essa injustiça que pode atingir cada um que está no doloroso desafio de construir a educação.

Solicito que este pronunciamento conste dos Anais e seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Waldir Maranhão.

O SR. WALDIR MARANHÃO (Bloco/AVANTE-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu manifesto meu sentimento de solidariedade à família do Reitor, à Academia. Com circunstâncias iguais a esta no nosso País, a nossa democracia é afrontada.

A política converge e diverge, mas é algo que não podemos transcender sem entender o papel que cada um de nós podemos exercer. A universidade brasileira, a casa do saber neste momento está em luto.

Com essas considerações, demonstro que sou solidário. Que esta Casa possa fazer justas homenagens àquele que certamente conduziu o destino de gerações. Reitor de universidade é aquele que traz para si o enfrentamento permanente das duras adversidades, respeitando de forma legítima a construção de uma sociedade livre e igualitária.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Waldir Maranhão.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que há muita gente aqui nesta Casa, de muitos partidos, que ainda aposta que o povo tem memória curta, que aposta na transformação das versões através dos seus amigos na mídia monopolista.

Todo mundo deve estar lembrado: o DEM foi contra o Programa Mais Médicos. O DEM entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo contra o Programa Mais Médicos. O DEM puxou vaías contra o Programa Mais Médicos, mobilizou-se contra o programa.

E agora, esta semana, Deputado Odorico Monteiro — pasme com a cara de pau —, o Ministro Mendonça, com o Prefeito de Salvador, também do DEM, com o Prefeito de Jacobina, também do DEM, com Deputados do DEM, estavam comemorando os cursos de Medicina do Programa Mais Médicos que foram aprovados e começam a funcionar.

Vocês acham que o povo é besta? Vocês acham que o povo é idiota? Vocês acham que o povo não tem memória? Vocês acham que vão conseguir blindagem da imprensa para negar que vocês foram contra o Programa Mais Médicos? Não tem como, Sr. Presidente! A população brasileira vai saber, e nós vamos reavivar a memória do povo mostrando que vocês tentaram destruir um programa tão importante como o Mais Médicos, que vocês tentaram que o Supremo o boicotasse e o derrubasse.

Não são vocês os responsáveis pelos cursos de Medicina de Jacobina, de Itabuna, de Juazeiro, de Alagoinhas ou de Eunápolis. Se dependesse de vocês,



nenhum deles havia sido aprovado. Vocês tentaram derrubar todos eles. E agora não adianta posarem para foto com o Ministro golpista da Educação.

Aproveito a oportunidade para pedir à quadrilha do PMDB que pague os 600 milhões de reais que deve ao povo da Bahia.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR COLATTO - Candidato ficha suja não vai poder se candidatar.

Tire o cavalo da chuva. Para ficha suja não tem eleição, tem cadeia.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PDT deseja melhoras ao nosso Deputado Federal Sérgio Vidigal, que infelizmente sofreu um acidente automobilístico nesse fim de semana. Graças a Deus, ele passa bem, apesar do susto.

Quero registrar ainda que no último sábado, na cidade de Timon, relembramos momentos importantes na comemoração dos 25 anos da coligação Arrastão da Vitória.

Nosso amigo e companheiro, um dos fundadores do PDT do Maranhão, Chico Leitoa, promoveu as bodas de prata do grupo. Na ocasião, relembramos vários momentos, desde seu primeiro comício e vitória na cidade de Timon, hoje comandada pelo Prefeito Luciano Leitoa, que, aos 21 anos, foi eleito o Deputado Federal mais jovem do Brasil, e agora se encontra à frente do seu grupo político naquela cidade.

O Presidente Nacional do PDT, Carlos Lupi, e vários Deputados de outros partidos estiveram presentes nessa justa homenagem a um grupo que, há 25 anos, surgiu em Timon lutando por uma causa, a causa dos mais necessitados, lutando para acabar com a lata d'água na cabeça do povo — e acabou —, lutando para levar escola pública de qualidade para os rincões e povoados mais distantes, para quem mais precisava, lutando verdadeiramente pelo povo de Timon.

Parabéns, Chico Leitoa! Essa é uma justa homenagem. Esperamos, daqui a 25 anos, fazer bodas de ouro e lembrar e homenagear todos que estão ajudando a construir não só Timon, mas um Brasil melhor.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estávamos conversando há pouco com alguns companheiros quando o Deputado Edmilson Rodrigues, do Pará, disse que a Polícia Militar de seu Estado estaria exigindo das mulheres o mesmo teste físico exigido dos homens. Por acaso, eu estava ao telefone com o Coronel Hilton Benigno, Comandante da PM do Pará e posso dizer que isso não é verdade.

Há diferenças entre homens e mulheres. Isso é normal, é da regra. Trata-se apenas de uma norma sendo cumprida nas atividades físicas exigidas para promoções, mas não se está exigindo a mesma coisa de homens e mulheres.

A Polícia Militar do Pará tem dificuldades, como todas as polícias, e o Estado do Pará tem dificuldades, como todos os Estados, mas o Coronel Hilton tem tentado fazer um trabalho digno que, com certeza, será reconhecido. Não serão boatos mentirosos como esse que vão denegrir a imagem da gloriosa Polícia Militar do Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Joaquim Passarinho.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Deputado Celso Maldaner, último orador inscrito.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Lei nº 17.268, de 29 de setembro de 2017, revoga a outorga da Medalha Anita Garibaldi ao Sr. Geddel Vieira Lima.

O Governador do Estado de Santa Catarina (...)

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a outorga da Medalha Anita Garibaldi concedida ao Senhor Geddel Vieira Lima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Geddel Vieira Lima havia recebido essa medalha, a maior honraria do Estado de Santa Catarina. Essa concessão foi revogada, em função do que aconteceu com ele.



V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (JHC) - A lista de presença registra o comparecimento de 304 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

PROJETO DE LEI Nº 8.612, DE 2017
(DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE, ESTUDO
E FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS
À REFORMA POLÍTICA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.612, de 2017, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), e a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com o fim de promover ampla reforma no ordenamento político-eleitoral. Pendente de parecer da Comissão Especial.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão Especial, concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido. *(Pausa.)*

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço 1 minuto, enquanto o Relator chega à tribuna.

Quero lamentar profundamente o acontecido com o colega de magistério superior Luiz Carlos Cancellier, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, onde fiz mestrado em Direito.

É lamentável que as instituições sejam utilizadas para humilhar as pessoas e acabem atingindo sua honra, fazendo com que tragédias como essa aconteçam. Temos alertado quanto a isso reiteradas vezes. As instituições judiciárias não foram feitas para o espetáculo. Elas não podem ser utilizadas para acabar com a vida das pessoas.

Fica a lição. Espero que o Brasil reveja aspectos deste seu momento que beira o estado de exceção. Nós do Parlamento não podemos nos curvar diante desta situação.

Peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - V.Exa. será atendido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, peço só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem 1 minuto V.Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS). Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Valdir Colatto, ocorre na região de Lages, em Santa Catarina, o mesmo que ocorre na região de Vacaria, São Francisco de Paula, Jaquirana, Bom Jesus, no Rio Grande do Sul.



Na sexta-feira, estivemos em Vacaria, com colegas engenheiros agrônomos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, e, no sábado pela manhã, em São Francisco de Paula, para tratar dos Campos de Cima da Serra. Hoje está surgindo uma nova alternativa, o plantio de batatinha. Aqueles campos em que a pecuária tem dificuldade de se desenvolver estão produzindo batatinha, soja. E investem naquela região empresários que hoje estão bem-sucedidos.

Isso é extremamente importante, porque, com base no Código Florestal, lei que aprovamos aqui, aquelas são áreas consolidadas. Há mais de 300 anos, estão sendo utilizadas. Então, a interpretação do Ministério Público e do IBAMA é errônea e está prejudicando inclusive o plantio da próxima safra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Concedo a palavra ao Deputado Vicente Candido, para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão Especial.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado JHC, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, antes de iniciar a leitura do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 8.612, de 2017, quero aproveitar que estou na tribuna e fazer alguns esclarecimentos.

O que está sendo discutido, por enquanto, é que amanhã nós votemos aqui o texto da criação do fundo que veio do Senado, com a combinação com o Presidente da República de veto a alguns dispositivos, basicamente o critério de distribuição desse fundo para os partidos políticos. É um dispositivo que veio do Senado e que proíbe que o Fundo Partidário financie campanha de eleição proporcional — está lá escrito que só poderia financiar campanha de eleição majoritária — e também a liberdade dos partidos de distribuir o dinheiro para as candidaturas.

Como no Senado também não há acordo, nós estamos colocando aqui no substitutivo itens que vão complementar os vetos do Presidente da República.

Eu vou fazer a leitura, ele entra na pauta, e nós começamos o debate. Espero que amanhã nós deliberemos sobre os dois casos: o fundo aprovado pelo Senado e este substitutivo, sem prejuízo de que ainda neste mês de outubro a Casa também possa deliberar sobre o remanescente do relatório aprovado pela Comissão.

Há, por exemplo, aqui o projeto de democracia direta. Aliás, deveríamos votar amanhã também o novo prazo de desincompatibilização, que também é um dos relatórios feitos pela Comissão, entre outros itens que não precisam respeitar o princípio da anualidade e poderiam vigor nas eleições a partir de 2020. Então, fica também essa possibilidade. E, amanhã, no debate, também se pode acatar uma ou



outra emenda, uma ou outra ponderação vinda das bancadas ou do Plenário da Casa.

Então, feitos esses esclarecimentos, eu passo à leitura de uma versão bastante enxuta de uma proposta que vai complementar o fundo aprovado pelo Senado, não só na matéria financeira, que regula o fundo, mas também em algumas outras matérias correlatas.

“Substitutivo ao Projeto de Lei nº 8.612, de 2017

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PERMANENTES

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as alterações seguintes:

Art. 11. (...)

.....

§8º (...)

.....

III - o parcelamento das multas eleitorais é direito dos cidadãos e das pessoas jurídicas e pode ser feito em até 60 (sessenta) meses, salvo quando o valor da parcela



ultrapassar 5% (cinco por cento) da renda mensal, no caso de cidadão, ou 2% (dois por cento) do faturamento, no caso de pessoa jurídica, hipótese em que poderá se estender por prazo superior de modo que as parcelas não ultrapassem os referidos limites;

IV - o parcelamento de multas eleitorais e de outras multas e débitos de natureza não eleitoral imputados pelo Poder Público é garantido também aos partidos políticos em até sessenta meses, salvo se o valor da parcela ultrapassar o limite de 2% (dois por cento) do repasse mensal do Fundo Partidário, hipótese em que poderá se estender por prazo superior de modo que as parcelas não ultrapassem o referido limite.

.....'

'Art. 16-D. Os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), para o primeiro turno das eleições, serão distribuídos entre os partidos políticos, obedecidos os seguintes critérios:

I - 2% (dois por cento), divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II - 35% (trinta e cinco por cento), divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção do percentual de



votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados;

III - 48% (quarenta e oito por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados consideradas as legendas dos titulares;

IV - 15% (quinze por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as legendas dos titulares.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, a representação de cada partido na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal será a resultante da eleição.

§ 2º Para as campanhas de segundo turno, onde houver, os recursos do FEFC serão distribuídos de acordo com as seguintes diretrizes:

I - para a campanha de Presidente, serão destinados 35% (trinta e cinco por cento) do total;

II - para as campanhas de Governadores, serão destinados 65% (sessenta e cinco por cento) do total, distribuídos entre as circunscrições em que houver segundo turno, de forma proporcional e limitados aos tetos definidos para cada Unidade da Federação.'



‘Art. 18. Os limites de gastos de campanha serão definidos em lei e divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral.’

‘Art. 22-A. (...)

.....

§ 3º Desde o dia 15 de maio do ano eleitoral, é facultada aos candidatos a arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no art. 23, § 4º, IV, mas a liberação de recursos por parte das entidades arrecadadoras fica condicionada ao registro da candidatura, e a realização de despesas de campanha deverá observar o calendário eleitoral.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, não sendo efetivado o registro da candidatura, as entidades arrecadadoras deverão devolver os valores arrecadados aos doadores.’

‘Art. 23. (...)

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo não poderão ultrapassar dez por cento do rendimento bruto auferido pelo doador no ano anterior à eleição, limitado a dez salários mínimos para cada cargo ou chapa majoritária em disputa, somadas todas as doações.

§ 1º-A (revogado)



§ 1º-B. Caso o doador esteja isento de declarar imposto de renda, a verificação do limite de doação terá como base de cálculo o teto de rendimentos estipulado para a isenção.

.....

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de até cem por cento da quantia em excesso.

§ 4º (...)

.....

IV - instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios da internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares, que deverão atender aos seguintes requisitos:

a) cadastro prévio na Justiça Eleitoral, que estabelecerá regulamentação para prestação de contas, fiscalização instantânea das doações, contas intermediárias, se houver, e repasses aos candidatos;

b) identificação obrigatória, com o nome completo e o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) de cada um dos doadores e das quantias doadas;

c) disponibilização em sítio eletrônico de lista com identificação dos doadores e das respectivas quantias



doadas, a ser atualizada instantaneamente a cada nova doação;

d) emissão obrigatória de recibo para o doador, relativo a cada doação realizada, sob a responsabilidade da entidade arrecadadora, com envio imediato para a Justiça Eleitoral e para o candidato de todas as informações relativas à doação;

e) ampla ciência a candidatos e eleitores acerca das taxas administrativas a serem cobradas pela realização do serviço;

f) não incidência em quaisquer das hipóteses listadas no artigo 24;

g) observância do calendário eleitoral, especialmente no que diz respeito ao início do período de arrecadação financeira, tal qual disposto no § 2º do art. 22-A;

h) observância dos dispositivos desta Lei relacionados à propaganda na internet.

§ 4º-A. Na prestação de contas das doações mencionadas no § 4º, é dispensada a apresentação de recibo eleitoral, sendo sua comprovação realizada por meio de documento bancário que identifique o CPF dos doadores.



§ 4º-B. *Para fins de cumprimento do disposto no art. 28, § 4º, I, as doações realizadas por meio das modalidades previstas nos incisos III e IV do § 4º devem ser informadas à Justiça Eleitoral pelos candidatos e partidos a partir do momento em que os recursos arrecadados sejam depositados nas contas bancárias dos candidatos, partidos ou coligações.*

.....

§ 6º *Na hipótese de doações realizadas por meio das modalidades previstas nos incisos III e IV do § 4º, fraudes ou erros cometidos pelo doador sem conhecimento dos candidatos, partidos ou coligações não ensejarão a responsabilidade destes nem a rejeição de suas contas eleitorais.*

.....

§ 7º *O limite previsto no § 1º não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador ou à prestação de serviços próprios, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por doador.*

§ 8º *Ficam autorizadas a participar das transações relativas às modalidades de doações previstas nos incisos III e IV do § 4º todas as instituições que atendam, nos*



termos da lei e da regulamentação expedida pelo Banco Central, os critérios para operar arranjos de pagamento.

§ 9º As instituições financeiras e de pagamento não poderão recusar a utilização de cartões de débito e crédito como meio de doações eleitorais de pessoas físicas.'

'Art. 26. (...)

.....

XV - custos com a criação e inclusão de sítios na Internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no País;

§ 1º (atual redação do parágrafo único).

§ 2º Para os fins desta lei, inclui-se entre as formas de impulsionamento de conteúdo a priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet.'

'Art. 28. (...)

.....

§ 6º (...)

.....

III - a cessão de automóvel de propriedade do candidato, do cônjuge e de seus parentes até o terceiro grau para seu uso pessoal durante a campanha.



.....
§ 13. São dispensadas de menção na prestação de contas dos candidatos as seguintes despesas de natureza pessoal:

a) combustível e manutenção de veículo automotor próprio usado por ele na campanha;

b) remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a que se refere a alínea a;

c) alimentação e hospedagem própria;

d) uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três.'

'Art. 36-A. (...)

.....
VII - campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no art. 23, § 4º, IV.

.....
'Art. 39. (...)

.....
§ 5º (...)

.....
IV - a publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o Art. 57-B, podendo ser mantidas em



funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.

.....’

‘Art. 49. Se houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão reservarão, a partir da sexta-feira seguinte à realização do primeiro turno e até a antevéspera da eleição, horário destinado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita, dividida em dois blocos diários de dez minutos para cada eleição, sendo que os blocos terão início às sete e às doze horas, no rádio, e às treze e às vinte horas e trinta minutos, na televisão.

.....’

‘Art. 51. (...)

.....

§ 2º Se houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão para o uso de inserções vinte e cinco minutos para cada eleição a Presidente da República, Governador e Prefeito.’

‘Propaganda na Internet

Art. 57-B. (...)

.....



IV - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por:

a) candidatos, partidos ou coligações; ou

b) qualquer pessoa natural, desde que não contrate impulsionamento de conteúdos.

§ 1º Os endereços eletrônicos das aplicações de que trata este artigo, salvo aqueles de iniciativa de pessoa natural, deverão ser comunicados à Justiça Eleitoral, podendo ser mantidos durante todo o pleito eleitoral os mesmos endereços eletrônicos em uso antes do início da propaganda eleitoral.

§ 2º Não é admitida a veiculação de conteúdos de cunho eleitoral mediante cadastro de usuário de aplicação de internet com a intenção de falsear identidade.

§ 3º É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios quanto de terceiros.

§ 4º O provedor de aplicação de internet que possibilite o impulsionamento pago de conteúdos deverá contar com canal de comunicação com seus usuários e somente poderá ser responsabilizado por danos



decorrentes do conteúdo impulsionado se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente pela Justiça Eleitoral.

§ 5º A violação do disposto neste artigo sujeita o usuário responsável pelo conteúdo e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, a multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa.'

'Art. 57-C. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes.

.....

§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda ou pelo impulsionamento de conteúdos e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, a multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil



reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa.

§ 3º O impulsionamento de que trata o caput deverá ser contratado diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no País, ou de sua filial, sucursal, escritório, estabelecimento ou representante legalmente estabelecido no País e apenas com o fim de promover ou beneficiar candidatos ou suas agremiações.’

‘Art. 57-I. A requerimento de candidato, partido ou coligação, observado o rito previsto no art. 96, a Justiça Eleitoral poderá determinar, no âmbito e nos limites técnicos de cada aplicação de internet, a suspensão do acesso a todo conteúdo veiculado que deixar de cumprir as disposições desta Lei, devendo o número de horas de suspensão ser definida proporcionalmente à gravidade da infração cometida em cada caso, observado o limite máximo de 24 (vinte e quatro).

.....’

‘Art. 57-J. O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o disposto nos artigos 57-A a 57-I de acordo com o cenário e as ferramentas tecnológicas existentes em cada momento eleitoral e promoverá, junto



aos veículos, partidos e demais entidades interessadas, a formulação e a ampla divulgação de regras de boas práticas relativas a campanhas eleitorais na internet.'

'Art. 58. (...)

.....

§ 3º (...)

.....

IV - (...)

a) deferido o pedido, o usuário ofensor deverá divulgar a resposta do ofendido em até 48 horas após sua entrega em mídia física, empregando nessa divulgação o mesmo impulsionamento de conteúdo eventualmente contratado nos termos referidos no art. 57-C e o mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa;

.....'

'Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina e da comunidade negra na política, bem como a esclarecer os



cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.'

Art. 2º. A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 354-A. Apropriar-se o candidato, o administrador financeiro da campanha ou quem de fato exerça essa função de bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.'

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 3º Em 2018, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 16-D da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a distribuição dos recursos entre os partidos terá por base o número de representantes titulares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, apurado em 10 de agosto de 2017 e, nas eleições subsequentes, apurado no último dia da sessão legislativa imediatamente anterior ao ano eleitoral.

Parágrafo único. Os critérios de distribuição dos recursos entre as candidaturas do partido, inclusive, nas eleições majoritárias, em coligação, assegurarão uma parcela mínima de vinte por cento a ser distribuída, de modo igualitário, entre os candidatos do partido ao mesmo cargo, na mesma circunscrição.

Art. 4º Nas eleições para Presidente da República em 2018, o limite de gastos de campanha de cada candidato será de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).



Parágrafo único. Na campanha para o segundo turno, se houver, o limite de gastos de cada candidato será de 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no *caput*.

Art. 5º O limite de gastos nas campanhas dos candidatos às eleições de Governador e Senador em 2018 será definido de acordo com o número de eleitores de cada Unidade da Federação apurado no dia 31 de maio de 2018, nos termos previstos neste artigo.

§ 1º Nas eleições para Governador, serão os seguintes os limites de gastos de campanha de cada candidato:

I - nas Unidades de Federação com até um milhão de eleitores: R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil de reais);

II - nas Unidades de Federação com mais de um milhão de eleitores e de até dois milhões de eleitores: R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais);

III - nas Unidades de Federação com mais de dois milhões de eleitores e de até quatro milhões de eleitores: R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais);

IV - nas Unidades de Federação com mais de quatro milhões de eleitores e de até dez milhões de eleitores: R\$ 9.100.000,00 (nove milhões e cem mil reais);

V - nas Unidades de Federação com mais de dez milhões de eleitores e de até vinte milhões de eleitores: R\$ 14.000.000,00 (catorze milhões de reais);

VI - nas Unidades de Federação com mais de vinte milhões de eleitores: R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais).

§ 2º Nas eleições para Senador, serão os seguintes os limites de gastos de campanha de cada candidato:



I - nas Unidades de Federação com até dois milhões de eleitores: R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

II - nas Unidades de Federação com mais de dois milhões de eleitores e de até quatro milhões de eleitores: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);

III - nas Unidades de Federação com mais de quatro milhões de eleitores e de até dez milhões de eleitores: R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais);

IV - nas Unidades de Federação com mais de dez milhões de eleitores e de até vinte milhões de eleitores: R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais);

V - nas Unidades de Federação com mais de vinte milhões de eleitores: R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscientos mil reais).

§ 3º Nas campanhas para o segundo turno de governador, onde houver, o limite de gastos de cada candidato será de 50% (cinquenta por cento) dos limites fixados no § 1º.

Art. 6º Em 2018, o limite de gastos será de:

I - R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para as campanhas dos candidatos às eleições de deputado federal;

II - R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para as campanhas dos candidatos às eleições de deputado estadual.

Art. 7º Nas eleições de 2018, se as doações de pessoas físicas a candidatos, somadas aos recursos públicos, excederem o limite de gastos permitido para a respectiva campanha, o valor excedente poderá ser transferido para o partido do candidato.”

Acrescento no final do inciso II do artigo anterior a expressão “e distrital”.



“Art. 8º Nas eleições de 2018, o candidato ao cargo de deputado federal, estadual ou distrital poderá usar recursos próprios em sua campanha, até o montante de 7% (sete por cento) do limite de gastos estabelecido nesta lei para o respectivo cargo.

Parágrafo único. O candidato a cargo majoritário poderá utilizar recursos próprios em sua campanha até o limite de duzentos mil reais.

Art. 9º Os partidos políticos e as pessoas físicas ou jurídicas devedoras de multas eleitorais poderão, no prazo de até noventa dias da publicação desta lei, quitá-las com desconto de noventa por cento sobre o valor devido, desde que efetuado o pagamento à vista.

Art. 10. Até a segunda eleição geral subsequente à aprovação desta Lei, será implantado o processo de votação eletrônica com impressão do registro do voto a que se refere o art. 59-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os partidos deverão adequar seus estatutos aos termos desta Lei até o final do exercício de 2017.

Art. 12. Ficam revogados o art. 23, § 1º-A, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; e os artigos 5º a 8º e 10 a 12 da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Pela Comissão Especial, manifesto parecer favorável pela adequação financeira orçamentária, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Vicente Candido a leitura do substitutivo e o seu parecer.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem 1 minuto o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro importante.

Estamos realizando em Brasília o Encontro Nacional de Prefeitos, Prefeitas e Vices do PT, iniciado hoje de manhã. Estamos fazendo um debate muito importante sobre as experiências exitosas de Governos Municipais que realizamos País afora e, evidentemente, o impacto da crise econômica que o Brasil vive nas pequenas e médias cidades.

Aproveito para convidar a bancada do PT para um ato político amanhã, às 9 horas, no Hotel San Marco, que será o momento mais forte do encontro. Convido, repito, todas as Deputadas e Deputados do PT para comparecerem ao ato político amanhã, às 9 horas.

Pelo visto o relatório do Deputado Vicente Candido já conta com ampla aceitação, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha, pela Liderança do PDT.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente nós precisamos fazer um apelo a todos os Líderes e Deputados desta Casa.

Hoje são 2 de outubro. Nós temos praticamente de hoje, segunda-feira, à quarta-feira, estourando início da quinta-feira, com a boa vontade do Senado, para as duas Casas se entenderem e chegarmos a um denominador comum e conseguirmos votar alguma coisa.

Não tenho aqui a mesma experiência do Deputado José Guimarães e de vários outros colegas, mas estamos conseguindo uma coisa inédita nesta Casa: não fazer acordo, não entrar num entendimento, mínimo que seja.

Já há o anúncio de que nesta semana o STF vai discutir aquela ação que trata de candidatura avulsa, a pessoa não ser filiada a partido para ser candidato. Já se fala que o STF vai discutir também nesta semana se pode ou não haver coligações já para 2018.

Mais grave ainda, depois de sexta-feira, a partir da outra semana, quando não vai mais dar tempo para se discutir nada da reforma política para a eleição de 2018, pode sim o TSE vir com resoluções, como já aconteceu das outras vezes. Aí ficaremos reclamando das muitas interferências do Judiciário no Legislativo e na política.

Gosto de chamar a atenção aqui dos comparadores do Direito de plantão que adoram trazer a legislação e como ela funciona no mundo. Só lembro que, nas



grandes democracias, não há nem Justiça Eleitoral, imaginem resoluções do Judiciário tratando das eleições e da participação dos partidos nas eleições.

Portanto, é necessário e importante — e o Deputado Miro Teixeira comentava conosco — trazer ao Relator, Deputado Vicente Candido, e aos demais Deputados, que tomemos bastante cuidado na parte do texto que trata do engessamento e da burocracia para que filiados e partidos possam participar das eleições.

Nós já temos um instrumento, legalizado e legítimo, da convenção partidária, que nos obriga submeter, antes da convenção, à Justiça Eleitoral as pré-candidaturas e as possíveis ações dos partidos. Isso é muito temeroso. Precisamos tomar cuidado para que não haja nenhum tipo de comprometimento nessa questão.

Eu sugiro, Sr. Presidente, Sr. Relator, que tiremos o dia de hoje ainda, porque temos tempo e estamos acostumados a trabalhar até altas horas da noite, e sentemos à mesa para exaurir esse assunto e ver se conseguimos mandar, definitivamente, esse texto para o Senado até amanhã à noite ou, estourando, quarta de manhã.

Vamos ver se os Senadores vão ter também boa vontade para construir uma força-tarefa e fazer um acordo para votar essa tão esperada, pelo menos, reforma eleitoral, porque não é mais reforma política — está longe de ser uma reforma política. Que haja, pelo menos, uma regra prévia e clara para a eleição do ano que vem, porque todo mundo está realmente muito preocupado em saber como vai para as ruas, como vai ser a eleição no ano que vem, do jeito que está a legislação.

Corremos o risco de deixar mais ainda judicializado o processo eleitoral. Temos exemplos do Presidente da Corte Eleitoral para várias Lideranças desta Casa. Na eleição passada, 650 mil pessoas físicas participaram da eleição através



de doações para seus candidatos. Destas 650 mil doações de pessoas físicas, quase 300 mil deram problema.

Pessoa jurídica não pode participar de eleição e a maioria das doações de pessoas físicas está dando problema. Na eleição passada, deu problema em metade das doações de pessoas físicas. Estamos num processo em que até as pessoas de bem que querem participar das eleições não vão participar com medo de serem chamadas pela Polícia Federal ou pela Justiça e serem questionadas, passarem por um processo de investigação por participar do processo eleitoral de boa-fé.

É preciso que legalizemos e deixemos claro como será a regra para o ano que vem.

É a nossa consideração e a nossa contribuição, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reforçar esse chamamento do Líder do PDT, Deputado Weverton Rocha.

O Relator acabou de ler uma versão muito enxuta de tudo aquilo que temos debatido na Comissão da Reforma Política ao longo dos últimos meses. Foram 8 meses de debates.

Estamos, de fato, no limiar. É como se estivéssemos já no segundo tempo da prorrogação da decisão do campeonato. Precisamos de uma decisão desta Casa para a formação do fundo eleitoral, para que tenhamos a organização legal para o processo do ano que vem, o estabelecimento de uma regra, de um limite máximo para a autodoação para aqueles Parlamentares que têm condições de financiar suas campanhas, para que seja no mínimo razoável com aqueles que têm menos condições, ou seja, estabelecendo um teto que, no caso de Deputados Federais...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CELSO PANSERA - ...175 mil reais de autodoação, estabelecendo um teto máximo para cada pessoa física doar. São regras mínimas para que possamos participar da eleição do ano que vem.

Temos diversos Líderes na Câmara dos Deputados neste momento no plenário. Fazemos um apelo para que reflitam e amanhã possamos votar esse pequeno texto do Relator e ter algumas regras mínimas definidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal para as eleições do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Sr. Deputado Leo de Brito.



O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer mais um registro importante.

Hoje foi um dia histórico para o Estado do Acre do ponto de vista dos avanços na área de telecomunicações.

Por iniciativa do Senador Jorge Viana, da nossa bancada federal, tivemos representantes da TIM, Claro e Vivo e da ANATEL, com Juarez Quadros e Aníbal Diniz, Presidente e Conselheiro, respectivamente, assinando um protocolo de intenções com o Governo do Estado e com o Prefeito da Capital, Marcus Alexandre, para a ampliação dos serviços de telefonia móvel e banda larga. Vai haver melhora significativa nos serviços e maior cobertura.

Essa é uma grande vitória. Quando fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle também participei dessa articulação. Quero parabenizar o Senador Jorge Viana e o Acre por esse momento histórico.

Sr. Presidente, peço que autorize a divulgação do meu pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - O pedido de V.Exa. será atendido.

Concedo 1 minuto o Deputado Diego Garcia.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar sobre o lamentável vídeo que se viralizou nas redes sociais, na Internet.

No Museu de Arte Moderna de São Paulo, um ator — para mim, não é ator, mas um pedófilo, um criminoso — fez uma *performance* nu, expondo-se na frente de diversas crianças. Essa atitude tem que ser duramente punida no País. É um



desrespeito à Constituição, à legislação vigente, ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nós vamos convocar esse cidadão, esse pedófilo às Comissões de Seguridade Social e Família e de Cultura, para que dê explicações, os responsáveis pelas instituições envolvidas e aqueles que financiaram essa chamada *performance*, que, na verdade, é uma afronta as nossas crianças, à sociedade brasileira, é um ataque à família.

Nós temos que combater esse mal. Nós temos que combater esse pedófilo. O lugar dele é na cadeia. Eu quero ver esse pedófilo na cadeia fazendo sua apresentação, fazendo sua belíssima *performance* dentro de uma cela. Eu quero ver como ele vai se dar diante dos seus companheiros. O lugar onde ele tem que estar é na cadeia.

Por isso, vamos convocar esse pedófilo para vir à Câmara dos Deputados. Quero ver se ele vai ter coragem de enfrentar esta Casa, de enfrentar o Congresso Nacional e de ouvir umas verdades, porque é isso que merece.

Os pais têm que ser responsabilizados e punidos também duramente. Eu falo com propriedade, como pai que sou de duas crianças. Tenho uma filha com 2 anos e meio. Jamais, em hipóteses alguma, eu permitiria que ela passasse por uma situação dessas, dentro ou fora da minha casa.

O que aconteceu nesse museu de arte não pode passar em branco. Está tudo normal. Daqui a pouco, malucos vão defender sexo com crianças, com esses pequeninhos, esses coitados, porque é tudo normal. Nós não podemos compactuar, concordar com esse absurdo que está acontecendo, manchando a sociedade brasileira. É um ataque à família.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aplaudir o trabalho que o nosso colega Luiz Carlos Hauly está fazendo em todo o País, defendendo a reforma tributária.

Hoje pela manhã, ele esteve na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, presidida pelo Sr. Glauco José Côrte, e deu uma aula de tributação e da situação financeira e fiscal do Brasil.

Ele é um conhecedor profundo do tema e é o Relator da proposta da reforma tributária, que tira impostos dos alimentos, dos remédios, desburocratiza. Há concordância praticamente unânime sobre a necessidade da reforma tributária. Quem não quer, nesta parafernália criada no Brasil, nesta briga, nesta guerra fiscal entre os Estados?

O Deputado Luiz Carlos Hauly coloca com muita propriedade todo esse processo, claramente apresentando um projeto, que temos que votar com urgência nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e deixar um convite para todos os Deputados e funcionários desta Casa.

Ontem foi o Dia Internacional do Idoso. Este País tem 25 milhões de idosos; daqui a 9 nove anos, seremos 36 milhões; em 2050, seremos quase um terço da população.



Amanhã, às 10 horas da manhã, por iniciativa da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, faremos uma sessão solene. Portanto, quero deixar o meu convite para que todos estejam neste plenário, onde teremos um grande número de idosos.

Inclusive, nesta semana, sugeri ao Presidente da Casa a votação de uma série de projetos especificamente sobre idosos. Logicamente é uma legislação nova, porque há muito dizemos que o Brasil é um país jovem, mas, de uma hora para outra, está envelhecendo. Por isso, precisamos de legislações mais claras para amparar nossos idosos.

Muito obrigado.

Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao eminente Deputado Gilberto Nascimento.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dia 29 de setembro foi uma data especial para os biritibamos e para todos nós, graças a inauguração da agência da Previdência Social na cidade, resultado de muita luta principalmente do nosso ex-Prefeito — e sempre Prefeito — Inho Taino. Por isso, eu gostaria de parabenizar Biritiba Mirim, que ganha mais esse equipamento de serviço público e parabenizar o Inho, que não mediu esforços e trabalhou muito para que essa agência da Previdência Social fosse entregue para a população.

Eu e o Deputado Estadual André do Prado pudemos acompanhar o Inho em todo o caminho que ele fez para conseguir trazer a agência para o Município. Esse é o resultado de um trabalho que começou em 2009. Quando eu ainda era Prefeito de Guararema, fui a Brasília junto com o Inho, que no mesmo ano já fez a doação do terreno para o Instituto e, em 2011, conseguiu a assinatura para a construção.

Como Deputados, colaboramos com o Inho fazendo gestão junto ao INSS para que as obras, que foram paralisadas em 2013, fossem retomadas e finalizadas. Graças à sua dedicação e ao apoio do Presidente Leonardo Gadelha, do Superintendente Regional José Carlos Oliveira e de sua equipe formada pelo Sidnei Cottet, Larissa Mora, João Henrique de Marco e Luciana Strauss, aos quais apresento o meu agradecimento pelo empenho, foram alocados recursos para o término da obra. Reiniciada no dia 07 de dezembro de 2016, foi entregue na última sexta-feira para a população.

É um momento de grande felicidade o da entrega de um equipamento que



fará a diferença no dia a dia das pessoas. Por isso é de extrema importância dar os créditos a quem trabalhou sem descanso para alcançar esse resultado. Eu gostaria de parabenizar o Inho e a Câmara Municipal pelo trabalho conjunto que fizeram para chegar a este instante. O Inho não mediu esforços para concluir a agência e a sua dedicação valeu a pena. Hoje a população de Biritiba Mirim já pode contar com um posto do INSS próximo de casa, e a região recebeu mais uma agência que contribuirá para diminuir as filas existentes, proporcionando mais rapidez e qualidade aos atendimentos.

Estiveram presentes à inauguração o Prefeito Prof. Jarbas; o Vice-Prefeito Walter Tajiri; o Presidente da Câmara, Vereador Marcelo da Imobiliária; o próximo Presidente da Câmara, Vereador Lourival; os Vereadores Raposão, Walter Machado, Fernando Gondim, Robério do Esporte, Jorge Mishima, Paulinho da Julio, Reinaldo Junior, Eduardo Melo, Prof. Sergio Franco, Luís Passos e Zé do Brejo; a Gerente Executiva do INSS de Guarulhos, Caroline Amery; o Gerente Executivo de São José dos Campos, Ademir; o Gerente do INSS de Biritiba Mirim, Carlos Gilson; o ex-Prefeito de São Luís de Paraitinga, Alex Torres; o ex-Prefeito de Ferraz de Vasconcelos, Izidro; o Presidente Nacional do Muda Brasil, Zé Renato; o Luís, Fonte Mogiana; o Deputado Estadual Estevam Galvão; o Deputado Estadual Luiz Carlos Gondim; o Prefeito de Guararema, Adriano de Toledo Leite; o Prefeito de Salesópolis, Vanderlon; o Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania de Guararema, Sidnei Leal; o Vereador Sérgio da Aurora, de Salesópolis; o Vereador Mineiro, de Salesópolis; o Vereador Farofa, de Mogi das Cruzes; o Vereador Eliel Fox, de Ferraz de Vasconcelos; as lideranças e funcionários da PM de Biritiba, Gilson Freitas, Guilhermão, Gaúcho, Pastor Daniel, Padre André, Néia e Juka do



Bar; e a imprensa por meio do *Jornal Acontece, O Drone, Jornal do Povão e Urgente News.*

Muito obrigado!



A SRA. DÂMINA PEREIRA (Bloco/PSL-MG. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos principais problemas a respeito do funcionamento concreto de nosso sistema político relaciona-se com a questão da escassa representação das mulheres nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional.

Segundo dados da União Interparlamentar — IPU, organismo internacional que estuda, de maneira comparada, os Parlamentos nos cinco continentes, o Brasil ocupa a 118^o posição, entre 187 países analisados, na questão da igualdade de gênero nas esferas de representação política. Os países classificados nas posições mais distantes do primeiro lugar são os mais desiguais do planeta nesse quesito, o que nos situa em posição bastante preocupante, a exigir mudanças mais ousadas em nossa legislação eleitoral e partidária.

Estudiosos brasileiros que se debruçam sobre o problema também têm apontado que, no País, as mulheres ocupam 3,7% dos cargos de Governador, 11% das Prefeituras Municipais e das Assembleias Legislativas dos 27 Estados e apenas 13% dos membros das Câmaras Municipais. Também é conhecido por todos a sub-representação das mulheres no Congresso Nacional: nesta Casa somos apenas 54 Deputadas, isto é, 9% dos seus 513 membros. No Senado, das 81 vagas, apenas 13 são ocupadas por mulheres, o que representa 16% daquela Casa Legislativa.

As iniciativas legislativas que se propõem a enfrentar o problema têm produzido resultados bastante tímidos. A Lei nº 9.096, de 1995, Lei dos Partidos Políticos, prevê que, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo Partidário serão destinados *“na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e mantidos pela secretaria da mulher do*



respectivo partido político ou, inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política”.

Ademais, a referida lei também prevê que, no mínimo, 10% do tempo do programa partidário e de suas inserções, difundidas ao longo da programação das emissoras de rádio e TV, devem ser dedicados a *“promover e difundir a participação política feminina”*.

Finalmente, a Lei nº 9.504, de 1997, Lei das Eleições, estabelece que, no mínimo, do total de candidatos registrados pelos partidos nas listas eleitorais dos pleitos proporcionais *“cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”*.

Em nosso entendimento, a continuidade da escassa presença das mulheres nas Casas Legislativas do País está relacionada às desigualdades sociais e econômicas entre homens e mulheres que, por sua profundidade e diversidade, produzem efeitos importantes nas esferas de representação política. Assim, pouco adianta reservarmos vagas para as mulheres nas listas eleitorais se estas não contarem com o capital econômico e político necessário para competir em igualdade de condições com os homens nas disputas eleitorais.

Ademais, por razões históricas e sociológicas, como as mulheres contam com escasso capital social e econômico — decorrente da baixa inserção profissional em postos com visibilidade, posições de liderança em associações e sindicatos ou exercício de atividades com prestígio social —, estas não atrairão o interesse dos partidos políticos para o seu recrutamento em campanhas eleitorais, pois estes sabem que candidatas com escasso capital social e econômico terão reduzidas chances de êxito eleitoral.



Por essas razões, entendemos que a iniciativa mais eficaz para enfrentar esse problema no curto prazo é o estabelecimento de uma cota que garanta vagas específicas para as mulheres nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados. Nesse sentido, conferimos total apoio ao texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015, já aprovada no Senado Federal, que estabelece, exclusivamente nas três legislaturas seguintes, um percentual mínimo de cadeiras para cada gênero, da seguinte maneira: 10% das cadeiras na primeira legislatura posterior à promulgação da PEC; 12% na segunda e 16% na terceira.

Em nossa opinião, essa iniciativa legislativa estabelece um critério importante na medida em que, ao fixar um percentual mínimo de representação para cada gênero, cria um espaço específico para a competição entre os candidatos e candidatas, evitando que as vagas sejam preenchidas por homens em patamar superior ao estabelecido para as três legislaturas seguintes à sua aprovação.

Na medida em que determinado percentual de vagas é assegurado, o espaço de competição se torna mais igualitário, pois as candidatas mulheres estarão disputando com suas colegas de gênero as vagas que, segundo as regras atuais, acabariam sendo preenchidas pelos candidatos do sexo masculino. Poderíamos, inclusive, considerar que, de um ponto de vista mais “ousado”, o primeiro patamar mínimo e os subsequentes pudessem ser ampliados, de modo que, já na primeira legislatura posterior à promulgação do texto, 16% das vagas fossem preenchidas por mulheres e, nas duas seguintes, 18% e 20%.

A consequência do aumento da representação política feminina nos Parlamentos em âmbito municipal, estadual e federal será o fortalecimento da pauta



e das questões políticas vinculadas especificamente a questões de gênero, como a construção de creches públicas de qualidade — fundamental para a maior inserção das mulheres nos postos de trabalho remunerado —, formação profissional, financiamento adequado para a Casa própria — dado o aumento do número de mulheres “chefes de família” —, elaboração de políticas antidiscriminação ou contra violência de gênero, entre tantas outras.

Ademais, penso que há um fator simbólico importante no aumento da representação feminina, pois há uma sinalização clara, para todas as mulheres do País a respeito da relevância da pauta legislativa e política especificamente vinculada às questões de gênero. Por seus impactos educativos, acredito que essa maior presença das mulheres em esferas de decisão política terá efeitos pedagógicos importantes que influenciarão as eleitoras no momento da decisão do voto, que pode ser direcionado para as mulheres mais afinadas com a pauta feminina.

Finalmente, o estabelecimento de uma cota mínima de representação pode ser prorrogado, ampliado ou encerrado após o transcurso da terceira legislatura subsequente, a depender de seus resultados concretos. No entanto, tenho certeza de que a iniciativa legislativa vai na direção correta, isto é, esta será mais eficaz para enfrentar o problema da sub-representação das mulheres nos Parlamentos do que as políticas até então adotadas pelos legisladores que nos antecederam.

Por essas razões, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação, nesta Casa, da PEC 134/15.

Muito obrigada.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 284.3.55.O
Data: 02/10/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (JHC) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 284.3.55.O
Data: 02/10/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, terça-feira, 3 de outubro, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Medida Provisória nº 783, de 2017; Projeto de Lei nº 8.612, de 2017; Projeto de Lei Complementar nº 301, de 2016, e Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

Lembro que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, terça-feira, 3 de outubro, às 10 horas, em homenagem ao Dia do Idoso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 284.3.55.O
Data: 02/10/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 46 minutos.)